



NORDESTE

"São os do Norte que vêm..."

I CENTENÁRIO DE PEREIRA DA COSTA

HÉLIO VIANA

A 16 de dezembro de 1851 nasceu no Recife, na rua Bela, sendo batizado na Matriz de Santo Antônio, o menino Francisco Augusto, filho de Manuel Augusto Menezes Costa e de Maria Augusta Pereira da Costa.

Fez estudos primários no Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho. Por dificuldades financeiras dos modestos pais, teve de interromper, mais de uma vez, os estudos de Humanidades, necessários à desejada matrícula na Faculdade de Direito. Suspender-se, afinal, aos 16 anos de idade, para empregar-se como caixeiro de uma livraria da Rua do Imperador. Aí se reuniam os intelectuais dessa época de fina da Guerra do Paraguai Abreu e Lima, Franklin Távora, Soares de Azevedo, Feitosa, Torres Barreto, Vitoriano Palhares, Joaquim Portela, Antônio Joaquim Melo, Lopes Machado e outros. Ouvindo suas conversas, interessou-se pelos temas que debatiam, inclusive os históricos. Fêz-se sócio-subscritor do Gabinete Português de Leitura, engolofando-se nesse excesso de descobrimentos literários que tantas vezes é o início de uma vocação. Adquiriu um exemplar da Sinopse ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil, de Abreu e Lima, e a Galeria Pitorresca dos Homens Célebres. Esta última compra indignou o seu patrício, que julgou melhor adquirisse ele um livro de escrituras mercantil. Incentivado por Abreu e Lima, Antônio Joaquim de Melo e cônego Rochedo de Medeiros (que lhe apontava o exemplo do estadista Visconde de Sousa Franco, também antigo caixeiro), prosseguiu nos estudos, mesmo depois de deixar a livraria e de empregar-se numa casa comercial atacadista.

Aos vinte anos ingressou no funcionalismo provincial, passando pelas repartições das Obras Públicas, Conservação dos Portos, depois à Secretaria do Governo, o primeiro oficial da Câmara dos Deputados, onde chegou a diretor-geral da Secretaria, cargo em que se aposentou.

Do ano seguinte, 1872, data o inicio de sua colaboração no Diário de Pernambuco, mantida por pouco mais de meio século, até o mês de sua morte, quando ainda comemorou o 98.º aniversário do velho órgão da imprensa recifense.

Não tardou que outros trabalhos escrevesse, dando-lhe direito à admissão, em 1878, como sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, onde já havia sido amanuense, e seria, mais tarde, sócio benemérito, secretário, vice-presidente e, longamente, redator da Revista. Eram esses primeiros escritos o Estudo Histórico e Biográfico do Padre João Ribeiro Pessoa, Mârtir da Revolução de 17, Esta-

belecionamento de Tipografia em Pernambuco (que depois ampliaria para Estabelecimento e Desenvolvimento da Imprensa em Pernambuco), Cultura do Café em Pernambuco e Estudo sobre a Biblioteca Pública — que também assiduamente frequentava e perfeitamente conhecia.

Recebido no Instituto por Maximiano Lopes Machado, seu discurso de posse "foi uma profissão de fé histórica", despertando "acirrada polêmica" a maneira pela qual considerou o período de invasão holandesa e a figura do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1).

Da instituição faria parte até a morte, por 47 anos, tornando-se um dos mais distintos e assíduos colaboradores de sua Revista, em que publicou mais de 50 trabalhos históricos, muitos dos quais também apareceram em volumes isolados.

Destes, o primeiro de vulto foi o Dicionário

de Carvalho, Artur Orlando, Oliveira Lima, Ma-nuel Cicero e outros" (3).

Apenas numa ocasião deixou Pereira da Costa de servir em sua província, fazendo-o na do Piauí, como secretário do Governo, na presidência de Raimundo Teodoro de Castro e Silva, em 1884-1885. Organizou, então, o Arquivo a seu cargo, separando os documentos de caráter histórico e reunindo-os em seção especial. Colaborou na imprensa de Teresina, inclusive com artigos sobre o governo de D. João de Amorim Pereira (1797-1799 e 1803), a independência do Piauí, suas repartições, estabelecimentos e instituições públicas. Incumbido pela presidência de ordem do governo imperial, redigiu uma Notícia sobre as Comarcas da Província do Piauí, trabalho que também já havia feito quanto a Pernambuco, a fim de servir de base à nova classificação oficial das comarcas, por entrâ-

no, foram eles em 1942 trasladados, com os de André Vidal de Negreiros, da Concatedral da Madre de Deus para a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos montes Guararapes, por iniciativa do Instituto Arqueológico (4).

Era Pereira da Costa, naquele tempo, convicto abolicionista. Pertencia à Comissão Central Emancipadora do Recife, que o encarregou de descrever as festas pernambucanas em homenagem à libertação dos escravos no Ceará. O produto da venda desse opúsculo de 1884 — Pernambuco ao Ceará, destinou-se à redenção de cativos. Em 1857, no Teatro de Variedades, na Nova Hamburgo, pronunciou conferência sobre A Idéia Abolicionista em Pernambuco, reivindicando prioridade na matéria para sua terra natal, o que mereceu calorosos elogios de Maciel Pinheiro no jornal A Província (5). Depois de proclamada a República, formou-se Pereira da Costa em Direito, quase aos quarenta anos de idade, realizando antiga aspiração. Surgiu alguns anos mais tarde, a oportunidade para versar outro tema de sua predileção, a expansão da capitania de Pernambuco no período colonial. Publicou, em 1896, a propósito da reivindicação pernambucana da antiga comarca do São Francisco e do Sertão, a documentada obra intitulada Em Prol da Integridade do Território de Pernambuco, que mereceu transcrição nos Anais do Senado Federal, amplos elogios da imprensa e de historiadores, mas também algumas contestações que não diminuem o seu valor (6), sendo ainda reeditada em 1918. Contribuiu, com o descobrimento da sepultura de João Fernandes Vieira e o exame dos arquivos públicos de Olinda, por incumbência do Instituto Arqueológico, para sua elevação à categoria de sócio benemérito da instituição (7). Intelectualmente dedicado à História, mas prezando sobretudo a verdade dos fatos, não deixou de lembrar que a prioridade no descobrimento do Brasil competia ao espanhol Pinzón, que a 26 de janeiro de 1500 atingiu terras pernambucanas do cabo de Santo Agostinho, antes, portanto, da chegada da frota de Cabral a Porto Seguro, a 22 de abril do mesmo ano (8). Mas igualmente não deixou de propor que o Instituto Arqueológico comemorasse o quarto centenário do descobrimento oficial português, encarregando-se, ele mesmo, de elaborar o ensaio intitulado Pero Vaz de Caminha — Primeiro Cronista do Brasil, que serviu de prefácio à edição pernambucana da famosa Carta ao Rei D. Manuel, em 1900. Como "apêndice", preparou-lhe Pereira da Costa outros substanciosos estudos relativos a Pedro Álvares Cabral — A Frontera Portuguesa do Descobrimento do Brasil — O Monte Fascoal, a Terra da Vera-Cruz, o Brasil — A Primeira Missa no Brasil — D. Frei Henrique Soares (9).

Tendo sido membro do Conselho Municipal do Recife, foi eleito deputado estadual em 1901, e teve o mandato sempre renovado, apesar das alterações políticas posteriores. Embora infenso à oratória, era verdadeiro órgão consultivo da Câmara, a ele recorrendo com proveito os co-

legados. Do Instituto Arqueológico recebeu nova homenagem no ano seguinte: a inauguração de seu retrato na galeria existente no Salão de Honra da associação. Em resposta aos discursos então proferidos pelo 1.º vice-presidente, desembargador Antônio Pedro da Silva Marques, e pelo orador oficial, Artur Muniz, disse que o Instituto fôr a sua escola, a sua tenda de trabalho. Evocou, então, os companheiros dos primeiros tempos, Nascimento Feitosa, Antônio Joaquim de



O escritor Hélio Viana lendo, no I. A. H. G. P., a conferência que publicamos nesta página.

Biográfico de Pernambucanos Célebres, duas centenas de biografias, contadas em pouco mais de 800 páginas. Para sua impressão contribuiu a província com o auxílio de 2.000.000, votado pela Assembleia. Apesar "de suas falhas e defeitos, próprios de um trabalho tão difícil", na opinião do desembargador Adelino Antônio de Luma Freire, deu causa à admissão de Pereira da Costa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2).

Apresentada a proposta em 1883, mediante parecer do Olegário Herculano d'Aquino e Castro, Joaquim Norberto de Sousa Silva e M. D. Moreira de Azevedo, foi aprovada três anos depois, mas sómente em 1908, por ocasião de sua primeira viagem à capital do país, pôde tomar posse, como sócio correspondente da instituição, o historiador do Recife. Saudando-o, em sessão presidida pelo Barão do Rio Branco, disse o orador oficial, Conde de Afonso Celso, que ele iria "aumentar o grupo dos pernambucanos eruditos e laboriosos do Instituto: Alfredo

Porém, o maior serviço prestado por Pereira da Costa àquela província foi, sem dúvida, a coleta de materiais para a Cronologia Histórica do Estado do Piauí desde os seus primeiros tempos até a Proclamação da República, sómente publicada em 1909. Novamente em Pernambuco, continuou a trabalhar pelo melhor conhecimento de seu passado histórico, examinando e relatando o conteúdo das bibliotecas dos conventos do Recife e Olinda, como também depois dos arquivos públicos desta última cidade. Pôde assim revelar e salvas preciosidades bibliográficas e documentárias do maior valor, uma das quais, por exemplo, serviu para o esclarecimento de antiga controvérsia, quanto ao local do sepultamento de João Fernandes Vieira, na capela-mor da igreja do Convento do Carmo em Olinda, e não na igreja da Misericórdia, da mesma cidade, ou do Funchal, na ilha da Madeira, como se supunha. Achados, ali, de acordo com as indicações que descobriu, os restos mortais identificados como do Castrilho Lusita-

(Continua na pg. 8)

ANÁIS
PERNAMBUCANOS

1950

Capa do 1.º volume dos "Anais Pernambucanos", de Pereira da Costa, publicação do Arquivo Públíco Estadual, lançada no Centenário de nascimento do historiador pernambucano.

TÓPICOS

O GOVERNO DE PERNAMBUCO E A CULTURA

Nos derradeiros dias do ano findo, o Governador do Estado, professor Agamenon Magalhães, sancionou a Lei n.º 1.328 que "autoriza a concessão de uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 destinada à publicação de livros".

A publicação da Lei n.º 1.328 foi recebida com irrestritos aplausos de todas as camadas culturais do Estado, tendo-se em conta as dificuldades editoriais com que lutam os escritores provincianos. A sugestão de u'a lei que viesse solucionar, em parte, o angustiante problema da falta de editoras entre nós, partiu do nosso companheiro, escritor Aderbal Jurema, que, em vários de seus rodapés dominic平os para o "Jornal do Comercio", procurou despertar o interesse do legislativo estadual para o problema. As suas sugestões concretas foram transformadas pelo deputado Luiz de França em um projeto de lei que aprovado, unanimemente, pela Assembleia Legislativa, subiu à sanção governamental sob a forma de lei n.º 1.328.

Para mais ampla divulgação, fora do Estado, passamos a transcrever na íntegra a Lei n.º 1.328, de 28 de dezembro de 1951:

Autógrafo a concessão de uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 destinada à publicação de livros.

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

ART. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma subvenção anual de cem mil cruzados (Cr\$ 100.000,00), que obrigatoriamente será incluída no Orçamento do Estado, destinada a proporcionar a publicação anual de cinco livros, de autores locais, premiados em concurso devidamente realizado, sendo um de romance, um de poesia, um de ensaios, um de caráter científico e um de obras teatrais ou de contos.

ART. 2º — No inicio de cada ano realizar-se-á o concurso destinado à escolha do melhor livro de cada uma das especialidades a que alude o artigo anterior.

ART. 3º — Fica instituída uma Comissão destinada a julgar o melhor livro de cada especialidade, constituída pelo Secretário de Educação e Cultura e mais quatro membros, indicados, dentre os seus sócios, respectivamente, pela Academia Pernambucana de Letras, Associação de Imprensa de Pernambuco, Associação Brasileira de Escritores e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, comissão essa que dirigirá, igualmente, os trabalhos de publicação e venda dos livros.

ART. 4º — Fica assegurado, como prêmio, a cada autor das obras editadas, os direitos autorais da edição, ou seja dez por cento sobre o preço de cada livro vendido, devendo o resto da venda líquida ser aplicado na publicação de novos livros.

ART. 5º — A Comissão a que alude o art. 3º terá plenos poderes para receber a subvenção ora instituída, dando-lhe o destino conveniente.

ART. 6º — No ano de 1952, a despesa a que alude o art. 1º, correrá pela dotação adicional do Orçamento, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em 28 de dezembro de 1951.

(ass) Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães
João Arruda Marinho dos Santos
Irineu de Pontes Vieira.

— Com essa Lei, o Governo de Pernambuco deu um grande passo em favor das letras pernambucanas.



CENTENARIO DE NASCIMENTO DE PEREIRA DA COSTA

govêrno e povo de Pernambuco as homenagens prestadas à memória de seu sen.

O ponto mais alto das comemorações foi o lançamento do 1.º volume dos "Anais Pernambucanos", obra inédita de Pereira da Costa, em edição oficial e que foi distribuída pelo Arquivo Públíco no inicio da Semana Pereira da Costa. O Arquivo também realizou uma exposição dos livros de Pereira da Costa e promoveu uma recepção à imprensa e rádio para entrega dos primeiros exemplares, tendo falado nessa oportunidade o seu diretor, escritor Jordão Emerenciano e, em nome da imprensa, o nosso confrade Mauro Mota.

Málio Viana, Câmara Cascudo, Fernaldo Mota, Aderbal Jurema, Hume Passos pronunciaram conferências e palestras oficiais durante a Semana Pereira da Costa, os três primeiros a convite do Governo de Pernambuco e os três últimos como representantes da Academia, do Instituto e do Liceu de Artes e Ofícios, Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura do Recife e Universidade do Recife.

Na sessão de encerramento no Teatro Santa Isabel, sob a presidência do Governador Agamenon Magalhães, falaram os srs. Olímpio Costa Júnior, diretor da Biblioteca Pública do Estado, Luiz da Câmara Cascudo e Carlos Pereira da Costa, este último, filho do homenageado, que agradeceu, em nome da família, as

90.º aniversário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

No dia 27 de janeiro deste ano, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, numa sessão solene, comemorou o seu 90.º aniversário e mais a data da Restauração Pernambucana. Ao abrir a sessão, o seu presidente, sr. Luiz Estêvão de Oliveira destacou a alta significação das comemorações que o Instituto realizava naquela data. Em seguida falou o professor Amaro Quintas sobre os sócios falecidos em 1951.

A conferência de dia esteve a cargo do professor Mário Lacerda de Melo que discorreu sobre as causas do fracasso da colonização holandesa no Nordeste. No próximo número desta revista publicaremos o trabalho do professor Mário Lacerda de Melo que é uma contribuição nova para os estudos históricos e sociológicos sobre aquele período da nossa história.

LETRES DEL ECUADOR

Maio três números da revista "Letras del Ecuador", que se publica em Quito, chegaram à redação de "Nordeste". Trata-se de uma publicação de alto nível literário e artístico que reflete a pujança cultural do Equador nas letras americanas.

"Letras del Ecuador", órgão oficial da Casa da Cultura Equatoriana, é uma publicação mensal em grande formato, tipo "Nordeste", com riqueza de apresentação gráfica e selecionada colaboração em prosa e verso.



Entrará em execução, sem demora, a Lei n.º 1.328

"Nordeste" pode encerrar, em primeira mão, que a Lei n.º 1.328, sobre a publicação de livros através de concursos literários, entrará sem demora em execução. Ainda este mês o dr. Arruda Marinho, secretário de Educação, promoverá a primeira reunião da Comissão de representantes das entidades culturais, mencionadas na Lei n.º 1.328, para que seja organizado e publicado o regulamento dos concursos literários deste ano.

CONTRAPONTO

Em edição especial tivemos em fins de 51 mais um número da revista de arte "Contraponto" sob a direção do escritor Waldemar de Oliveira, num 2.º volume dedicado ao I Centenário do Teatro Santa Isabel.

"Contraponto", numa magnificamente apresentação gráfica e farricamente ilustrada, publica colaborações de Hercílio Celso, Mário Melo, Pedro Muniz do Aragão, Leitão de Barros, Olga Obregón e Gilherme Ferrez, além de valiosos documentários sobre as atividades do Teatro Santa Isabel nestes últimos cinquenta anos. Ilustrações de Manuel Bandeira e Zuleno Pessoa.

"Contraponto" é uma revista de arte que honra Pernambuco.



Última edição "Nordeste"

Francisco Julião — CACHAÇA — Recife, 1951.

A edição de "Nordeste" de fins de 51 foi o livro de contos "Cachaça", de Francisco Julião, que Gilberto Freyre em prefácio considera uma estréia auspiciosa. O livro de contos de Francisco Julião insere 11 ilustrações originais de Ladislau.

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

NORDESTE

REVISTA DE CULTURA
Edited by the Empresa JORNAL DO COMMERÇIO S. A.
Redação e gerência: RUA DO IMPERADOR, 463
3.º andar — Recife — Pernambuco

Diretor: Esmaragdo Marroquim
Redator-chefe: Aderbal Jurema
Secretário: Yvomílio de Souza

Solicitamos permuta com as publicações congêneres.
Todos os livros enviados a esta revista serão registrados
independente de critica assimilada.

Número avulso Cr\$ 4,00
Número atrasado Cr\$ 6,00
Nos Estados Cr\$ 5,00

CENTENARIO DE PEREIRA DA COSTA

Jordão Emerenciano

RECIFE, dezembro — Celebra-se hoje 16 de dezembro, em todas as cidades pernambucanas, em todo o território de Pernambuco, o Centenário de Pereira da Costa. Dir-se-á que Pernambuco inteiro se une ao seu governo, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Justiça, à Prefeitura do Recife, à Reitoria da Universidade do Recife, as suas instituições culturais, para exaltar uma memória. A unanimidade consagradora é comovente dessa homenagem se deve a um homem, modesto e humilde, que não foi nem estadista nem herói. Foi um silencioso e discreto pesquisador.

Por que essa consagração unânime e oficial de um homem obscuro, pobre e humilde? Não é preciso salientar o quanto de grandeza e de encanto pode haver no obscuro, no pobre e no humilde. Salienta-se, apenas, que a sua obra é daquelas que conferem ao seu autor a imortalidade. Não é preciso salientar o que significa para o conhecimento do passado, da história e da vida de Pernambuco o Dicionário de Pernambucanos. Célebres, o Folclore Pernambucano, o Vocabulário Pernambucano, as inúmeras monografias que Pereira da Costa escreveu sobre temas pernambucanos. O que é preciso salientar é essa sua pernambucanidade. Sua obra, quase toda, é inspirada em temas e assuntos de interesse da economia, da administração, da história e da vida social de Pernambuco.

Pernambuco é a grande constante, a grande presença na obra de Pereira da Costa. Essa obra, aliás, tem o caráter de uma verdadeira "pernambucanidade". Comece, enriqueça e edifica semelhante e experimentar através das páginas das suas monografias o amor, a ternura, a paixão de Pereira da Costa por esta sua terra, por esta nossa terra de Pernambuco. Elas porque se comemoram o seu centenário e porque conseguiu tão esplêndida unanimidade em torno do seu nome honrado, modesto e humilde, glorificado pela justiça da Pernambucanidade.

A parte mais pernambucana, mais duradoura e mais completa

(Continua na pg. 10)

Livros Nacionais e Estrangeiros

Literatura - Livros escolares, técnicos e científicos

LIVRARIA DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

RUA DA IMPERATRIZ, 43
TELEFONE, 2726

Atendemos pelo Serviço de Reembolso

RECIFE — PERNAMBUCO

REPRESENTANTES — João Cabral de Melo Neto (Londres-Inglaterra) * Cícero Dias (Paris-França) * Artur Coelho (Nova York-E. U.) * José Condé (Rio de Janeiro-D. F.) * Alcântara Silveira (São Paulo) * Silviano de Mamede (Maceió-Alagoas) * José Soares (Salvador-Bahia) * Gambarra Filho (Jóia Pequena-Paraíba) * Erico Veríssimo (Porto Alegre-R. G. S.) * Heitor Galvão (Natal-Rio G. do Norte) * Alphonso Guimarães Filho (Belo Horizonte-Minas) * Dalton Trevisan (Curitiba-Paraná) * Salim M. Guedel (Florianópolis-Santa Catarina) * Antônio Girão Barroso (Fortaleza-Ceará) * J. Pedroso (Campina Grande-Paraíba) * Lício Neves (Caruaru-Pernambuco).

O CAMPONÉS E A NOVA CIVILIZAÇÃO RURAL

ARNÓBIO GRAÇA

A necessidade da nutrição levou o homem às atividades de uso das plantas e animais e, consequentemente, à agricultura e ao pastoreio. O ser inteligente e livre conseguiu dominar a natureza e tirar destas os meios indispensáveis à vida. Mantendo-se nessa posição de superioridade, chegou a conhecer mais e melhor a natureza e assim pôde também compreender o que de próprio é e o que vale na obra da criação. Diz Spranger que o homem passou, analogicamente, da cultura das plantas para a do espírito ou cultura anima. Se a primeira

mo farmacêutica, mas as tentativas que se fazem em prol da saúde do camponês são ainda precárias, de maneira que o número de doentes e de óbitos é grande. As condições de trabalho, alimentares, de habitação, de vestuário e higiene da população rural do Nordeste brasileiro são desoladoras. As farinhas de mandioca ou pão nacional, cujo valor nutritivo foi "ingenuamente exaltado por alguns autores, a carne seca, os pratos apimentados, a escassez de legumes, o feijão de má qualidade, a água impura dos rios e outros elementos de baixo padrão

da aristocracia latifundiaria e da guerra desencadeada pelos inimigos do novo regime, uniram-se os trabalhadores, racionalizou-se o crédito, suprimiram-se as deficiências técnicas e melhorou o padrão de vida das classes agrícolas.

Foi sem dúvida um movimento de proporções amplas, especialmente tendo-se em vista, a situação anterior da economia mexicana tão suprimida-se as deficiências técnicas e melhoro

regimes da servidão e do colonato. Em nosso livro, *Princípios de Economia Política*, sustentamos que o colonato, instituído no Baixo Império Romano, não deu os resultados que se esperavam. Gerou uma classe rica e poderosa — a dos monopolizadores das terras — e outra, pobre e explorada — a dos colonos. O servo era preso à gleba, pagava o furo, a cidadela ou imposto pessoal, e a talhe ou imposto arbitrário; sujeitava-se a corveia, jornada de trabalho gratuito, que Marx considera uma das formas de mais-valia. A servidão armou o latifundiário medieval e consolidou o feudalismo.

O mundo moderno foi a era dos mercados europeus, estendendo os seus negócios até a África, a Ásia, as Américas e servindo-se do mar atlântico, o mar das caravelas temerárias, como o inevitável caminho da colonização. Os afortunados negociantes estabeleceram normas de política, instituíram o mercantilismo, as companhias de comércio e de navegação. Entretanto, no século XVIII, as coisas mudaram com a revolução francesa que produziu singulares consequências históricas. Fundou-se a propriedade individual-burguesa no Ocidente, porém no século XX, a Rússia, destruindo os valores da ordem criada à sombra das idéias do liberalismo implantou violentamente uma civilização rural de base coletivista e muito mais avançada do que a civilização teúrica da nação mexicana.

A revolução russa foi um misto de zombo e de rebeldia de um povo. Efeito da opressão tsarista e dos erros do capitalismo, movimento de multidões aterrorizadas pela fome e pela miséria de uma sociedade sem crimes, sem leis injustas e sem sofrimentos, o bolchevismo arrastou a "sexta parte da superfície da terra" a uma experiência sem precedentes, fortalecida pelas profecias de Marx, pelo oportunismo de Lenin e pelo espírito de organização militar que Trotsky pôs a serviço do novo regime.

Nas suas reflexões sobre a nossa época e sobre a revolução russa, Harold Laski mostra-se parcimonioso e talvez perseguido por aquele medo de que tanto fala e que aflige também os socialistas brancos ou inocentemente liberais. Para ele, o extremismo no julgamento da revolução francesa de 1789 é tão perigoso, como os exageros emocionais ocasionados pelo bolchevismo: "A revolução russa, na verdade, como sua predecessora francesa, tornou-se um assunto sobre o qual muitos potentes homens podem raciocinar calmamente, tão imensos são as esperanças e os temores baseados no seu advento (Reflexões sobre a Revolução da nossa Época — São Paulo — 1946 — pag. 97).

Todavia, essa revolução tem revelado amplo sentido rural por força das convicções de Lenin, que a modificou numa "revolta de camponeses", a despeito da teoria industrial de Marx e Engels. Estes não pensaram para a União Soviética, mas para um mundo essencialmente diverso, evoluído, onde não houvesse os problemas do latifundiário, da cultura extensiva, do rendimento agrícola e da ausência de técnica. Daí, a fórmula descoberta pelo oportunista Lenin: ditadura dos operários camponeses.

Vencidos os obstáculos a Rússia ingressou no socialismo agrário, porém o caminho que tiveram de seguir os camponeses, não o traçaram os utopistas da Inglaterra e da França, pois as suas obras não continham a força de sedução capaz de impulsionar milhões de trabalhadores para o triunfo sobre o regime tsarista. Repeliu-se, por exemplo, o controverso sistema de Henry George que defende, entre outras coisas, a criação do imposto único sobre as terras, a conservação temporária da propriedade particular do solo e a socialização da renda. Assim diz ele: "Não é necessário confiscar a terra; basta confiscar-lhe a renda ou socializá-la pela

(Continua na pg. 12)



O cliché é de produtos naturais do município de Moreno, grande centro têxtil do Estado de Pernambuco. A política de amparo aos pequenos produtores levada a efeito pela Secretaria de Agricultura, beneficia também essa região do agreste pernambucano.

supõe modificações de meio ambiente e o apagamento agrícola, toda cultura subjetiva exige uma atmosfera psíquica e somente é possível dentro de uma cultura objetiva, de sorte que ambos os conceitos se acham intimamente unidos, como os de estrutura animica e vivência.

Salienta o professor Chouard que a agricultura pode ser encarada sob as formas econômica e técnica. Economicamente, fornece gêneros de primeira necessidade, é mercado das indústrias que, por sua vez, precisam das matérias primas de origem agrária. Tecnicamente, por sua vez, precisam "das matérias primas de origem agrária. Tecnicamente, a agricultura deve ser considerada uma atividade não-específica, uma indústria cujas máquinas são a planta e o animal, cuja energia é a luz do sol e cujas matérias primas são a água, o ar e o solo". Eis uma visão primária e inacessível do problema, que examinaremos, oportunamente. A agricultura é uma colaboração hierarquizada dos seguintes elementos: o homem e o seu trabalho, a natureza, o capital e a técnica, a organização e o Estado. Compreende a fitotécnica ou produção vegetal, a zootécnica ou produção animal e a tecnologia agrária ou rural, como no caso da usina, que abrange a cultura da cana e a transformação desta em açúcar e álcool.

Meditando sobre o tema, diz um professor francês que, nos séculos anteriores, a agricultura foi para o camponês, um gênero de vida e não propriamente uma função econômica e social. Representava ele, o papel de ser obscuro e atrasado, cheio de superstições, de hábitos por vezes lamentáveis e esmagado pela tristeza, penúria e isolamento, porém isso está desaparecendo e, no julgamento do sociólogo citado, há amplos caminhos do progresso rural em nosso tempo: maquinismo agrário, fisiologia da estimulação e da inibição, fisioco-química das armazémenas e das transformações das matérias primas orgânicas (P. Chouard — *Programme Technique et Evolution Sociale en Agriculture* — Lyon 1951 — págs. 15 e segs.)

Para Grandin, um dos representantes da escola humanista de Lebret, o camponês era considerado a força existencial do país, ora pela sua ligação com a terra e importância demográfica, ora pela sua capacidade produtiva e expressão econômica e social. Entrou na história, fazendo-se operário-cidadão, soldado ou marinheiro e não como homem rural. Hoje o camponês está se modificando em muitas nações razão por que é verdadeira, a crença de que ele será o futuro cidadão do mundo e unirá a agricultura e a indústria num bloco poderoso. Então, vencerá a fórmula: do camponês à civilização única de amanhã. Por isso, escreveu Grandin: "Voilà le paysan, l'homme du pays, devenu citoyen du monde et ceci résume tout" (Paul Grandin — *De l'Etat Paysan au Métier d'Agriculteur* — Lyon — 1951 — págs. 5 e segs.).

No Brasil, por exemplo, o camponês tem evoluído como em outros países. Na região nordestina, ele vive mal; não tem a assistência de que necessita e as doencas o dizimam sem que lhe chegue o caro auxílio da medicina urbana. É certo que na zona açucareira, como a de Pernambuco, as usinas mantêm serviço de assistência médica, hospitalar, dentária e até mes-

tornaram-se causas ordinárias das constantes distúrbios intestinais, das moléstias da pele, da cárie dentária, da falta de cálcio e vitaminas no organismo.

Quem percorre o interior dos Estados nordestinos para conhecer de perto a vida dos seus habitantes, vê causas e fatos que opriem o coração. Na zona agrária, erguem-se palhoças, casebres, infectos, ocupados por homens, mulheres e crianças semi-nus, famintos, e até animais domésticos numa bárbara promiscuidade.

Tudo isso, porém, é o retrato ainda imperfeito de uma velha civilização rural cheia de problemas estruturais, como o monopólio das terras, os processos de cultura, a técnica, o regime de trabalho, em síntese, problemas da organização econômica e social da vida no campo. Alguns países como o México e a Rússia Soviética, reagiram violentamente contra ela, chegando ao extremo que nós brasileiros precisamos evitar. Essa velha civilização que tem servido de objeto à sociologia histórica e cultural de Roberto Simonsen, Gilberto Freyre, Antônio Gonçalves de Melo Neto, Manuel Diógenes Júnior e outros, não é a que nos interessa, quando temos de fixar idéias e planos para a solução dos problemas econômicos da vida rural na hora presente. Mas para melhor compreendermos o sentido que deve possuir a nova civilização camponesa, é mistério analisarmos em suas principais linhas de construção, as revoluções agrárias do México e da Rússia que constituem os maiores exemplos desse século. Dois movimentos que têm gerado tão forte entusiasmo no espírito de muitos escritores, que estes não se cansam de proclamá-los os resultados, manifestando uma exaltação que toca as raízes do fanatismo ideológico.

A transformação da economia do México se iniciou em 1910. Estudando-se e firmado nas pesquisas de autores ilustres, *Carneiro Ledo* nos oferece o quadro da repartição das terras mexicanas, de 1915 a 1926:

Número de ejidos entregues à comunidade	2.246
" " pessoas interessadas	452.529
Superfície distribuída em hectares	5.046.041 (1)

Com efeito, de 1915 a 1934, foram entregues 8.150.841 hectares de terras a 792.443 camponeses. Esse movimento repartitivo chegou ao seu ponto mais alto no governo de Lázaro Cárdenas com o plano sexenal cujos benefícios foram salientados pelo sociólogo Paulo Pinto de Carvalho; o plano, que foi executado com impeto revolucionário, modificou a economia "latifundiária e colonial" do México numa economia organizada consoante os princípios da democracia anti-burguesa. (Diretrizes para uma Política Rural e Econômica — São Paulo — 1944).

Diz Francisco Flora que o planejamento de Lázaro Cárdenas extinguiu latifundiários, distribuindo em quatro anos, 15.468.197 hectares de terras. Multiplicou e protegeu as pequenas propriedades familiares que se tornaram uma das formas básicas da vida rural da grande república (Artigo publicado na Revista do Trabalho — Rio — abril de 1939). Apesar da reação



Produtos do interior pernambucano, desde a cana de açúcar do agreste aos trabalhos de cerâmica e madeira. É valioso também, nestes setores da produção, o incentivo da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco

LIVROS NOVOS

(Continuação da pg. 17)

torna a sua obra diferente de todas as outras. Assim, entramos nas páginas de "Em Busca do tempo Perdido" como num reino inteiramente fora do comum. A obra, que consta de sete romances, pode comparar-se a uma sinfonia. Os grandes temas, surgidos desde o inicio ou apenas insinuados aqui e ali, são mais tarde retomados e desenvolvidos inteiramente, dentro da unidade do conjunto para o qual contribuem.

Grande psicólogo, Proust é também um grande escritor e, sobretudo, artista. Seu problema, é talvez, algumas vezes o fluxo do tempo, transformar para a eternidade da arte aquilo que tinha vivido, observado e até esquecido. Para isso, havia, por certo, a memória; mas esta coleciona mais do que unifica e não dá apenas um amontoado de fragmentos esparsos e disseminados. Proust resolveu o problema, por meio de uma experiência essencialmente mística, pela descoberta de que para ele era possível uma memória diferente da comum. Assim por meio de uma extraordinária série de aventuras psicológicas, o passado é finalmente recapturado — não apenas lembrado mas totalmente evocado — torna-se, no processo.

Quanto a este segundo volume, merece especial referência a esplêndida tradução de Mário Quintana. A propósito da tradução de "No Caminho de Swann", também devida à pena do admirável poeta gaúcho, assim se manifestou a autorizada ensaista que é Lúcia Miguel Pereira:

"Confesso que fui cética quando soube que se preparava em Porto Alegre a tradução de Proust, tanto me parecia difícil o trabalho de transpor para o português, sem prejudicá-lo, o romance tecido de sutilezas, no qual cada frase, cada vocabulário se desdobra em sugestões e é essencial à harmonia do conjunto. Puis dela se desmudou com admirável senso de adaptação ao espírito da obra o poeta Mário Quintana. Quem diria Proust, na sua tradução, não perderia do original senão aquilo que é absolutamente intraduzível!"

Os mesmos conceitos se podem aplicar à versão de "A Sombra das Raparigas em Flor", roman-

ce completo em si mesmo, mas que faz parte de um conjunto mais amplo integrado pelas seguintes obras: "No Caminho de Swann", "A Sombra das Raparigas em Flor", "Albertina Desaparecida" e "O Tempo Encontrado".

GILBERTO FREYRE NO ORIENTE

Encontra-se atualmente em Goa, colônia portuguesa na Índia, o ilustre sociólogo Gilberto Freyre, que prossegue na sua viagem ao império ultramarino lusitano. De Goa, onde pretende demorar-se em estudos e observações, Gilberto Freyre passa para Macau, na China, e onde regressará a Lisboa após uma excursão que o levou a conhecer todas as possessões portuguesas na África e no Extremo Oriente. Essa viagem do grande mestre de Sobrados e Mucambos, realizada a convite do ministro do Ultramar do governo português, certamente proporcionará a Gilberto Freyre oportunidade de aprofundar os seus estudos sobre a expansão lusitana no mundo, tão extraordinária na sua missão civilizadora, no seu arrojo, no seu determinismo histórico e cultural. Por outro lado, durante sua permanência em Lisboa antes da partida para a África e o Oriente, Gilberto Freyre teve a satisfação de apreciar o lançamento de dois livros seus em edições especialmente organizadas para Portugal e colônias — O Mundo que o português criou e Interpretação do Brasil — com que os círculos intelectuais do país amigo quiseram marcar a visita do grande sociólogo e escritor, que tantas vezes tem defendido o patrimônio comum da cultura luso-brasileira, nas suas grandes manifestações do passado e do presente. Por sua vez, a Livraria José Olympio Editora anuncia para breve o lançamento da 7a. edição da Casa Grande & Senzala, que será, assim, uma espécie de boas vindas ao seu ilustre autor quando regressar ao país.

Quando esta revista estiver em circulação, é provável que Gilberto Freyre já se encontre de regresso à pátria.

Editora Revista "NORDESTE"

Último Lançamento:

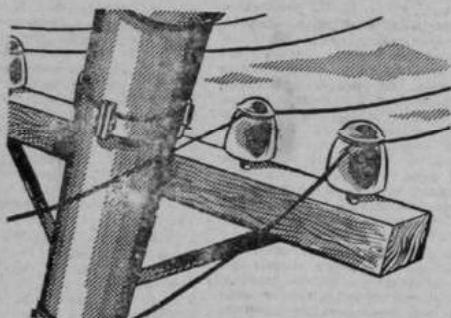
Francisco Julião -- **CACHAÇA** -- (contos) prefácio de Gilberto Freyre e ilustrações de Ladjane.

Proximos Lançamentos:

Aderbal Jurema -- **PROVINCIANAS** -- 2. série de critica literária.

Moacir de Albuquerque -- **Baudelaire e outros ensaios**.

E a série de **"Cadernos da Provinciana"**, com Mario Lacerda de Melo, Fernando Mota, Gláucio Veiga, Gilberto Osório de Andradê e outros.



MILHÕES DE CRUZEIROS PARA SERVI-LO



— Se seguissemos o trajeto desta rede de distribuição passaríamos, certamente, pela sua casa, meu caro consumidor. No trajeto encontrariam postes, fios, transformadores e nossos homens poderiam ser vistos examinando as condições da referida rede.

Tôdo esse conjunto de materiais, imprescindíveis ao meu trabalho, está custando cada vez mais caro — são milhões de cruzeiros, portanto, aplicados para proporcionar-lhe um serviço que tão barato lhe custa — diz "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

PERNAMBUCO TRAMWAYS AND POWER CO. LTD.

Lojas Paulista 40 ANOS

**Tecidos Resistentes
á todas as provas**



PREÇOS FIXOS

CORES QUE NÃO DESBOTAM

Pereira da Costa na Assembléia

ANDRADE LIMA FILHO

MENTA-SE que Sainte Beuve, eleito senador de França, entrou nas cortes todo vestido de preto. E, indagado porque assim o fazia, respondeu que era "por ter morrido para as lettras".

Assim não fez, porém, esse bom pernambucano que foi Francisco Augusto Pereira da Costa, naquele dia remoto do mês de março do ano de 1901, quando aqui chegou, deputado pelo 2º Distrito, para ocupar uma cadeira nesta Casa. Não, senhores, o velho Pereira da Costa não trairia o seu destino. Não seria nunca, nem na definição de Benda, "um clérigo traidor". Durante os vinte anos em que por aqui permanebulou, entre questões de ordem, dispensas de interdições e disputas regimentais, vibraria nele sempre o homem dos arquivos, o pesquisador beneditino dos nossos papéis veidos, o garimpiero tenaz do misterioso e profundo rio da História, sobre quem jamais aquele mundo Taques, de uma citação recente de Costa Pinto, poderia repetir o que dissera do "égo e bulhento" Rocha Pita; que escrevera a História sem a "lição dos cartórios". Porque essa, sem nenhuma dúvida, a perene lição de sua vida. E daí porque, se aqui não deixou aquele enganoso brilho que, efemeramente, se extinguia como o clarão do meteoro, deixou, contudo, um secreto e intenso fulgor de eternidade.

Era nos tempos áureos do rosismo. Pernambuco, na expressão do autor de "Pinheiro Machado e seu tempo", apresentava-se como um "remanejo tranquilo". Do Rio — diz Costa Pinto — "Rosa e Silva manejava os cordéis da política, dava ordens aos chefes locais e estes dominavam o eleitorado ambrô que sustinha, democraticamente, a continuidade do marxismo". E "ninguém discutiu se a orientação de Rosa e Silva era boa ou má, se consultava, ou não, os interesses da coletividade. Era o chefe e bastava".

Foi nesse ambiente que Pereira da Costa, a cinquentão, guindado por aqueles cordéis do Conselheiro, veio para aqui, numa indumentária política de marreta que, todavia, lhe ficou mal assentada como uma roupa adquirida no "Vuco-Vuco" do mercado de São José. Não era um político; era um pesquisador.

Mas, assim mesmo, naquele tarde de março de 1901, ele chegou com as suas calças ilustradas, seu frade preto, sua bengala e seu chapéu coco. Elísio e logo incluído no rol dos deputados "líquidos e não contestados", conforme a pitoresca expressão da época, recebeu o seu diploma e aqui tomou o seu lugar. Tendo, porém, a impressão que o fez, tranquilamente, humildemente, sem a menor sombra de validade, sem a mais leve prosopla. Com aquele mesmo ar bonacheirão e aquela mesma adorável desdenhice com que, às vezes, segundo o testemunho visual de Aníbal Fernandes, para "junto aos tabeleiros de bolo, à rua 1º de Março, e ali mesmo comia alguma lama-

pa".

Paupéríssimo, de origem modesta, filho de um professor de música e ex-empregado de libraria, Pereira da Costa, quando aqui veio parar com o seu mandato, não era, contudo, um estranho. Vinha agora feito deputado sim. Mas aqui já estivera, antes, como diretor da secretaria. Voltando eleito, não mudou nada. O mandato popular não lhe alteraria os hábitos. Era o mesmo homem, bom, simples, cordial, manso de espírito e de coração, a quem se referem com simpatia os testemunhos dos contemporâneos. Aquel homem "magro, baixo, recuado, enfermigo" e, nada obstante, um "prodigo paradoxo de energia", que o neto Atílio Joffily via "debrugado à mesa de trabalho, onde passava várias horas do dia, escrevendo com uma caneta de menino de escola, consultando livros antigos, examinando com a ajuda de um documento esmecido pela ação do tempo". Ou, então, aquele patriarca familiar, de roupas casuais e de bônus, com uma colher de pedreiro, preparando os canteiros de bredo que ele plantava e regava com amor e carinho, "levando restos de comida a um caixão de guaiamau na ceva, colocado num recanto do alpendre".

Mas, perguntaréis comigo, que vinha fazer aqui aquele homem estranho e indiferente ao tumulto de uma assembleia política? Eis a questão que, generosa, mas temerariamente, me impusste.

Percorrendo os Anais desta Casa, através de todo o longo período em que Pereira da Costa foi deputado, uma impressão logo nos domina: ele não era o homem da tribuna. Não se dava com o rumor do plenário. Timido, simpático, arreido, mergulhava no trabalho silencioso das comissões técnicas, que mais se coadunava com o seu temperamento de homem de gabinete, menos preocupado com os europeus da retórica do que com a pesquisa do fato — pesquisa que foi, esta sim, a grande, a absorvente paixão de sua vida.

Acompanhêmo-lo, entretanto, na sua estranha aventura.

O LOGUI

COMO estreou Pereira da Costa nos Anais? De maneira bastante curiosa, ao sabor da época. Na segunda reunião preparatória, realizada em 2 de março de 1901 para a instalação da primeira sessão ordinária da quarta legislatura, teve ele, como já foi dito, o seu diploma reconhecido. Estava entre os "líquidos".

Instalada a ordinária, já na reunião do dia 8, propôs o Líder João Elísio um voto de soli-

dariedade a Rosa e Silva. Era coisa muito comum naquele tempo e pretextos não faltavam. A chegada do chefe, o embarque do chefe ou o aniversário do chefe, que quase sempre, aliás, era chamado de Incílio ou adjetivo de igual força, criavam ensanchas a tais pronunciamentos em que se comprazia o oportunismo bajulatório da época. Mas, naquele dia, o voto de João Elísio teve um aditivo. E eis que chega à Mesa um requerimento do teor seguinte: — "Requeiro que o voto de solidariedade política a S. Excia, o Srr. Conselheiro Rosa e Silva, que acaba de ser votado, seja transmitido a S. Excia. telegraficamente." Assinava-o Pereira da Costa. E essa foi, na conformidade dos estilos, a sua estréia nos Anais.

O trabalho do bisonho deputado, já o dissemos, era nas comissões técnicas. Integrou Pereira da Costa, nas várias legislaturas a que serviu, as de Constituição, Legislação e Justiça, Instrução e Saúde Pública, Contas e Despesas do Estado, além da de Redação de Leis, em que permaneceu mais tempo. E os Anais estavam cheios de pareceres de sua autoria, versando as mais diversas questões.

No plenário, porém, onde comparecia com uma irrepreensível assiduidade, sentava-se numa das cadeiras do primeiro semi-círculo à direita, segundo o testemunho do srr. deputado Afonso Ferraz, seu contemporâneo na legislatura de 22, e que vem assim, como se vê, de priescas eras que bem longe vêm. O mundo, em redor, podia vir abaixo. Ele não estava se incomodando com isso. Não saia dos seus círculos. Era, contudo, aquele velhinho silencioso e modesto, segundo o depoimento de um homem da época, o jornalista Mário Melo, uma espécie de consultor da Casa, a quem se ouvia em todas as questões, menos, de política. Assimelhava-se, na sua quase imobilidade, a um ióguo, mas, para muitos, possuía a sabedoria de um lhamá.

De longe em longe, como para dar um vago sinal audível de sua prosença, um aparente. Mas, quase sempre, um aparte curto e inexpressivo, como se incompleto ou surrulado a modo. Discursos, dois ou três, foi o que vi nos Anais, ao longo das cinco legislaturas. E, dessa timidez de Pereira da Costa, há expressivos episódios. Na discussão, por exemplo, do projeto de orçamento, sessão de 19 de junho de 1902, aparece uma emenda subscrita por Bianor de Medeiros, Artur Muniz e Pereira da Costa, mantendo uma subvenção de dois contos de réis anuais para o Instituto Arqueológico, de que os três sinatários eram sócios. João Elísio, na tribuna, depois de afirmar que "assistira, impassível, a uma perfeita aclamação de subvenções", lembra que "a necessidade tem caro de herói" e que "a situação dificilíssima que atravessa o Estado nos obriga a solicitar os impulsos caritativos dos nossos cidadãos para atendermos à necessidade pública".

Bianor de Medeiros defende, veementemente, a emenda em favor do Instituto. Um aparente, Artur de Albuquerque, assevera que a emenda é uma "que não merece ser aprovada". Nesse ponto, dá-se uma intervenção de Pereira da Costa. Mas, para que? Para exclarar, apenas, numa timida ironia, que "o srr. Artur de Albuquerque é pernambucano". E foi só. A emenda foi rejeitada.

Significaria essa inibição, porventura, demérito? Não, meus senhores. Absolutamente. E a prova disso, têmo-la, na sessão de 21 de maio do mesmo ano, através da palavra de Faria Neves Sobrinho. Fazendo referência a um detalhe do projeto n.º 11, também da autoria de Artur Muniz, Bianor de Medeiros e Pereira da Costa, e que mandava considerar o Instituto de utilidade pública, Faria Neves, a certa altura, acentua: "Fazem parte desta Casa três membros do Instituto e membros conspicuos, cuja amizade muito me penhora; e, entre estes, está o ilustre historiador e distinto literato, o dr. Pereira da Costa, cujo nome não posso deixar de citar (apoiados) e o fago propositadamente para que se acentue, para que fique claro, manifesto, que é demasiada a modestia a que se acolhe S. Excia (apoiados). E é esse era, de fato, o conceito da Câmara sobre o grande pernambucano.

Fato curioso, entretanto, ocorreu na sessão de 10 de março de 1910, ainda revelador da timidez de Pereira da Costa. Saindo dos seus cuidados, o autor dos "Anais Pernambucanos" entendeu de fazer uma retificação à ata. Ele era, afinal, o homem do pormenor e parecia-lhe errada, ou incongruente, a redação de um certo trecho. A ata em questão, depois de declarar que Rosa e Silva Júnior se retiraria do recinto, apresentava-o, sem assinalar-se o regresso, como encaminhando à Mesa um requerimento. Pereira da Costa levantava-se e fazia a retificação. Mas Estácio Coimbra, então presidente, contesta a retificação e explica que o srr. deputado Rosa e Silva Júnior "naturalmente" apresentaria o requerimento depois de ter se separado, isso porque — palavras textuais — "não podia usar da palavra senão voltasse ao recinto". Aquela "naturalmente" soava como moeda falsa de lógica sofística. Não era isso o que se dizia na famosa ata. Mas o fato é que Pereira da Costa, acolhendo-se àquela sua "demasiada modéstia", não insistiu. E venceu assim o sofisma de Estácio.

Outro episódio: o da discussão, na sessão de 3 de abril de 1916, de um projeto que beneficiava o "Liceu de Artes e Ofícios" com a isenção da contribuição de ergôto. Combateu-o, tenazmente, o deputado Costa Neto. Bateu-lhe em defesa Sant'Ana Castro que, a propósito, lembrou o trabalho de Pereira da Costa, o qual

disse o orador — "em um brilhante volume de 300 páginas, fez, brilhantemente, o histórico dessa instituição". Era um chamado à fala. Mas Pereira da Costa, que presente estava, calado ficou. Não deu sinal de vida. O amigo do Liceu não defendeu o Liceu.

Caso semelhante, também expressivo dessa timidez, dessa inibição tribunica do grande historiador, ocorreu na sessão de 22 de março do mesmo ano. Turiano Campelo, o tabelião-deputado, fez violenta crítica a um pôrco da Comissão de Justiça. E chegou mesmo a afirmar, com a brilhante agressividade de um Osvaldo Lima Filho da época, que a Comissão ou "errara crassamente" ou "assinara da cruz" o parecer. Presentes estavam dois sinatários: Eutrópio Silva e Pereira da Costa. O primeiro defendeu-se. Mas o velho Pereira, falso continuo calado, no seu canto, como se não tivesse nada com aquela malcriação do Turiano. E não tinha mesmo. Aquilo, afinal, não era a História e só isto lhe interessava. Forque ele bem poderia dizer da História o que Bilaç dissera de sua amada: "Tú foste a só".

O LEAO E O TRIBUNO

ENTRETANTO, quando se tocava naquilo que afetava a sua paixão predileta, o seu "cuito santo", ai, meus senhores, a caíma planicie de sua timidez se arrepiava tóda em ondulações bruscas e imprevidentes num temperamento bisonho como o dele. A História era a sua grande emoção, o seu ponto sensível: era, por assim dizer, o seu "calcanhar de Aquiles". Porque, ai sim, ele se sentia vulnerado, como o grego.

Foi assim, por exemplo, na sessão de 15 de maio de 1911, a mais emocionante, talvez, de sua longa e silenciosa carreira parlamentar. Era o ano das grandes decisões políticas, da queda de Rosa e Silva e da ascensão de Dantas, da primeira fuga de Estácio Coimbra e da famosa "Vassourinha", a cujo ritmo libertário o povo, em ditílio, fez o "passo" nas ruas desta indomável Recife.

No meio de todo aquele redemoinho de paixões, e nada obstante o seu reconhecido horror à tribuna, Pereira da Costa a ela se dirigiu naquele dia. Para quê? Para apresentar, porventura, uma indicação, uma moção, um requerimento de conteúdo político? Não, senhores. O velho Pereira, como se diria hoje, não era de briga. Quando a tempestade soprava, ele deixava-se ficar de lado, embalando-se nos braços de sua doce companheira, a História. Que ia, então, fazer aquele homem na tribuna? Ia submeter à consideração dos seus pares, com longa e minuciosa justificação escrita e duas representações gráficas, um projeto, que tomou o número 45, dispondo sobre a reforma do escudo de armas do Estado e a criação da bandeira de Pernambuco. A justificação, que ocupa onze páginas dos Anais, ele a encaminhou à Mesa, excusando-se da leitura. E minudente, detalhada, cheia dessa riqueza de pormenor, muito comum nos trabalhos de pesquisa do grande historiador. E onde Pereira da Costa exibia, também, vastos conhecimentos de heráldica.

Mas o projeto provocou aceso debate. Artur Muniz, seu colega de Instituto, toma a palavra, na sessão de 9 de junho, e o combate vivamente. No exôrdo, como que para amaciar o terreno, faz um caloroso elogio a Pereira da Costa, a quem chama "o maior trabalhador dos nossos dias nos domínios da história de Pernambuco". Depois, passa a defender a permanência do escudo — adotado pela lei n.º 75, de 25 de maio de 1895. Censura o prurido reformista do projeto. Acusa o autor de empregar termos técnicos que não estavam ao alcance de todas as camadas sociais. Critica o excesso de cér vermelha no escudo projetado e considera-o inestético.

Foi um discurso agressivo, contundente, quase brutal. Falando sobre a questão da cor, por exemplo, diz o fogo tribuno, em tom pitônico, que "achou o motivo, depois duma investigação psicológica demorada, de aparecer tanto vermelho no projeto do escudo de S. Excia"; além de se manifestar um republicano rubro, um *sans-culotte*, pela voz do sangue e por uma reminiscência gratíssima do seu círculo, que não olvidou descer da família Costas ou da família Costas de Apodiinha, famílias portuguesas que tiveram seus braços onde o vermelho era a cér tonante, segundo verificamos no trabalho heráldico de Sanchez de Baena.

"Quanto ao dourado — continua Muniz — explica-se pelo nosso pendor para tudo quanto é grande, pelo desejo de vivermos mergulhados no Pacto ambicionado, pela nossa megalomania inocente e infensiva." Mas, acrescenta, "não devemos esquecer que o vermelho significa crueldade, celeria, vingança; e o dourado significa riqueza, poderio, fausto; cores estas que não ficam bem no nosso caráter político e ao nosso caráter financeiro..."

O mais curioso, porém, é que quando o inflamado orador impugna o leão do escudo proposto no projeto Pereira da Costa. Depois de citar o já referido Sanchez de Baena e mais César Cantú e Maquiavel, Artur Muniz, que estava com o diabo no couro, assim arremete contra o pobre animal:

"Este leão em atitude agressiva, numa altitude chocante, de cauda enrijada e juba molenga, arremeteando para o vazio, com um gladio romano entre as mãos de dentes assaltados e língua espalmada ao vento, faz recordar um tipo indelicado usando, sem distinção de oportunidade, da expressão do célebre general francês perante os dois generais ingleses,

ses, expressão afamada pelos sociólogos de "Os Miseráveis", expressão que é representada pelas cinco letras da energia popular, que Warteloo fez heróicas, Hugo fez épicas e Zola clássicas, no dizer de Raul Pompeia."

Era demais. Artur Muniz, como se vê, estava possesso, não de um, mas de mil demônios. E, não satisfeito, o bárbaro, acusa ainda o inocente leão de Pereira da Costa de "leão descorde", sem galanterias diplomáticas numa época de pacifismo". E chega a lhe parecer, o leão, "um impulsivo, um criminoso de temeridade extraordinária", motivo porque o entregou a Otávio Tavares — "o criminalista desta Casa, que conhece as páginas sobre a criminalidade entre os animais, escritas por Lucas Sá, os estudos de Buchon sobre a vida psíquica dos animais e os de Houzeau sobre as faculdades mentais dos animais comparadas aos dos homens".

Foi longe o fero Muniz. Pereira da Costa ouviu, calado, desbaratou aquela tempestade de desafos sobre o seu pôrco leão. Depois, levantou-se. Defende com sereno vigor o projeto, num discurso breve, em que acentua que o assunto "não é desse que a retórica pode, com vantagem, substituir". E, em tom satírico, conti-

"S. Excia. insurgiu-se contra o simbolismo de Pernambuco, o leão rompente, por achar indecente *estar de boca aberta com a língua de fora*. Pois bem, Srr. Presidente, tire esse atributo de leão rompente: cortem-lhe também a cauda e as unhas, deixa o meu glorioso Estado representado por um leão *desformado*, como assim é classificado em heráldica."

E sentou-se. Não sabemos se Artur Muniz quis fazer as véses de "manicure". Mas a verdade é que a Câmara nunca viu Pereira da Costa tão veemente, tão vivo, tão acima da inibição costumeira. Artur Muniz, com efeito, tocará-lhe no "calo de estimulação"...

As véses, aliás, Pereira da Costa zais dos seus cuidados para fazer uma pilharia. Pelo menos, na resenha da sessão de 6 de maio de 1903, há notícia de uma piada sua. Discutiu-se o recurso interposto por um certo Cristóvão Alves dos Prazeres, de Vitoria de Santo Antônio, que pretendia ver-se reconhecido como legalmente eleito juiz do 4º Distrito daquele município. Gonçalves da Rocha, na tribuna, discute o caso e lê, a certa altura, um documento. Mas há confusão sobre a patente do supradito Cristóvão, que ora é chamado de coronel, ora de capitão. E isso desagradou a Pereira da Costa, que é o homem do pormenor. Daí a pergunta, o aparte inesperado. Quer saber se o tal Cristóvão é, afinal, capitão ou coronel. E o orador explica que "é capitão, tem a patente de capitão, mas dê-lhe o tratamento de coronel". Deante dessa resposta, o velho Pereira, provocando risos, arremata, zombeteiro:

— E lá é uma espécie de um coronel muito conhecido...

E voltou ao natural.

OS SUBSIDIOS

ENTRAMOS, agora, num capítulo para o qual proponho, desde já, e à guisa de prefácio, aquela conhecida advertência atribuída ao rei Henrique VIII: *o Hesi soi qui mal y pense*. E que trago aqui a notícia, não de uma convocação extraordinária, como andou assinalhando, previamente, a malícia de um cronista parlamentar, mas de uma prorrogação de sessão legislativa, que ficou famosa nos Anais desta Casa.

Foi em 30 de maio de 1902. Chega à Mesa o projeto n.º 38 que manda prorrogar a sessão legislativa até 30 de junho, isto é, por mais um mês. Subcrevem-se quatro deputados: Severino Montenegro, Samuel Hardman, Pereira da Costa e Artur Muniz. Este último, integrante da Comissão de Fazenda, declara que assinou o projeto "para tornar bem paciente a sua solidariedade com os colegas". E porque, tendo de votar-se o orçamento, entende "dever ser ele bem discutido".

João Elísio, líder de maioria, secunda-o, afirmando que a proposta orçamentária chegaria atrasada e "impossível de todo fôr à Comissão concluir seu trabalho em tão curto prazo". Pereira Muniz, entretanto, que era o "espírito da garganta" da época, mostra-se contrário à prorrogação e envia à Mesa a declaração seguinte: "Declaro que voto contra o projeto prorrogando a atual sessão legislativa até 30 de junho vindouro".

Era o único. Mas João Elísio, o líder, queimou-se. "S. Excia. — diz ele, referindo-se a Pereira Muniz — compreende que precisamos *estar bem com a nossa concidencia, em perfeita harmonia com as nossas aspirações e que qualquer perturbação, qualquer estremecimento, qualquer mal entendu, em suma, nos impressiona seriamente*." E termina pedindo que o colega discordante dê "explicações à Casa a respeito da atitude que acaba de assumir".

Pereira Muniz não aceita a interpelação do líder. Levanta-se, no meio da expectativa geral, e encaminha à Mesa nova declaração. Sem um comentário. E a declaração dizia apenas isto: "Renuncio o mandato de deputado ao Congresso Legislativo do Estado". Mais nada. Nem nada mais lhe foi perguntado, mesmo não o impetuoso e altivo representante retinhou-sé e não mais voltou.

Esse episódio ocorreu há meio século e isso prova que as prorrogações de sessões legislativas

(Continua na pg. 12)

PEREIRA DA COSTA

(Continuação da 1a. pg.)

Melo, Torres Bandeira, Lino do Monte Carmelo, Aprigio Guimarães, Tavares Belfort, José Higino, Soares Brandão, Regueira Costa. Não esqueceu, porém, os que ali estavam mostrando a continuidade de sua missão, e escolheu Alfredo de Carvalho para representar a nova geração (10). Outras homenagens receberia mais tarde Pereira da Costa. Mas basta uma para que se possa aqualtar o valor de sua contribuição à história pernambucana e brasileira. Um artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco* de 17 de julho de 1917, escrito em apoio a uma das frequentes correções históricas de nosso biografado, começava pelas seguintes palavras: "O Dr. Pereira da Costa, que é o mestre de todos os que estudamos a história pernambucana" (11). Era a consagração. Não será necessário insistir na matéria. Assim reconhecido pelo mais crençado de seus pares, encerrou sua passagem pela terra a 21 de novembro de 1923, mecedendo, ainda, os louvores unâmes da imprensa e dos oradores das instituições de que fazia parte, a Câmara dos Deputados pela voz do presidente Otávio Tavares, o Instituto Arqueológico também por intermédio de seu presidente Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (12). Na mesma associação dele posteriormente se ocuparam os oradores Samuel Campelo e França Pereira (13). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fêz o necrópolis de Pereira da Costa o orador oficial Barão de Ramiz, que salientou os méritos do "trabalhador indefeso, investigador assíduo e meticoloso da nossa História e particularmente da História de seu território natal" (14).

* *

Vista assim, embora rapidamente, a vida do historiador cujo centenário de nascimento agora se festeja, vejamos, a seguir, de modo tanto quanto possível sistematizado, a sua obra.

Salientamos, em primeiro lugar, aquilo que nos parece ser a predominante característica de seu trabalho de meio século: o constante apreço pelo documento, o amor ao fato acompanhado de provas. Numa época em que tantos falsos historiadores afirmavam por simples convicção, por partidarismo e até por simpatia ou antipatia a determinados temas — constitui honroso exceção esse provinciano auto-didata, que antepõe-se a diretrizes científicas muito mais tarde fixadas, baseava-se em dados concretos para a elaboração de seus julgamentos. Assim procedeu, por exemplo, ao descer João Fernandes Vieira do pedestal em que o colocaram seus panegíristas, num "estudo cuidadosamente traçado sob uma severa documentação, e sem uma proposta, sique, que não venha comprovada com a indicação das fontes originárias" (15).

Desde 1880 encarregou-o o presidente Franklin Dória (depois Barão de Loretó), de coligir documentos nos arquivos públicos da província, a fim de figurarem na Exposição de História do Brasil, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Resultado: Pernambuco obteve o primeiro lugar no magnífico certame (16).

No Piauí, quando secretário do governo, viu-se a sua atividade nesse setor. Acrecentou-se, porém, que outros documentos dai encaminhou à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a que também pertenceu, relativos aos rios Parnaíba e Tocantins e a duas tribus indígenas ainda existentes em 1827 em seu território (17).

Em Pernambuco, também já mencionamos o Relatório sobre as Bibliotecas dos Conventos do Recife e de Olinda, ainda em fins do Império, e o Relatório em que deu "conta da sua incumbência de examinar os Arquivos Públicos de Olinda, e escolher os documentos mais interessantes à História" (18), este já nos primeiros tempos da República. Daquelas Bibliotecas, graças ao levantamento feito por Pereira da Costa, foram obtidos para a Biblioteca Pública mais de cem volumes, inclusive raras edições dos séculos anteriores.

Menos feliz tarefa, no mesmo setor, foi a que também lhe coube, no sentido de escolher os papéis relativos à escravidão que deveriam ser

queimados, conforme resolução do governo federal (19).

Outro aspecto essencial das atividades de Pereira da Costa foi o de corretor de erros históricos. Missão das mais necessárias, entre nós, tantas e tão graves são as errôneas que por ai circulavam e ainda circulam, aceitas como verdades comprovadas e indiscutíveis, não só pelos leigos mas também por muitos que tinham e têm o dever de não ignorar o passado nascitural.

Já vimos como coube a Pereira da Costa localizar com exatidão os restos mortais de João Fernandes Vieira, corrindo anteriores interpretações de seu testamento. Já vimos, também, que um de seus primeiros trabalhos referia-se ao Estabelecimento da Tipografia em Pernambuco. Aparecendo, a propósito, em 1897, um artigo no *Jornal do Comércio* carioca, em que se atribuía a prioridade desse acontecimento ao Rio de Janeiro — logo o Instituto Arqueológico encarregou Pereira da Costa de dar-lhe resposta, a fim de que fosse confirmada a primazia pernambucana no caso (20). Mencionamos igualmente, sua honestidade em não negar a prioridade espanhola no descobrimento de Pernambuco e do Brasil, embora sem desprestígio para o descobrimento oficial português, ligeiramente posterior.

Outra questão em que sua tese obteve completa vitória, foi a relativa à naturalidade pernambucana do segundo índio Camarão, herói da luta contra os holandeses. Demonstrando com irrefutáveis argumentos, em 1903, com o apoio, por exemplo, de Alfredo de Carvalho, acrescentou-lhe, como tiro de misericórdia, uma *Cítima Verba*, em 1908 (21). Apesar do caráter inapelável de seu julgamento, insistiu um partidário da opinião adversa, conseguindo que a respeito se pronunciasse, como árbitro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escolheu este, para decisivamente julgar o pleito, um historiador dos mais competentes: João Pandiá Calógeras. A sua sentença, favorável à natureza pernambucana de D. Antônio Felipe Camarão, Pereira da Costa infelizmente não teve ocasião de conhecer, pois já era falecido (22). Também já aludimos à questão dos méritos de João Fernandes Vieira, muito exaltados por seus panegíristas, mas que sofreram grandes descontos quando examinados com imparcialidade. O trabalho de Pereira da Costa — João Fernandes Vieira à luz da História e da Crítica (23), constitui ampla demonstração de sua coragem, na luta pela verdade histórica, contra as mentiras geralmente aceitas e o habitual respeito aos heróis. Despertou essa revisão de julgamentos a atenção do Conde de Afonso Celso, quando recebeu o seu autor como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Salientou o futuro presidente perpétuo da instituição, então orador oficial, que Fernandes Vieira havia sido um homem muito feliz, quando vivo, e mais ainda, depois de morto, graças à auréola que o cercava entre interessados biógrafos. "Pois o Dr. Pereira da Costa, tranquilamente, implacavelmente, formidavelmente armado de documentos inconcusos, fêz isto; apeiou João Fernandes Vieira do alto pedestal onde campeava, há dois séculos e meio, desatou-lhe a auréola, arrebata-lhe a formosa máscara colada à figura pela tradição, exonerou-o de grande homem, arrancando-lhe uma a uma as vistosas penas com que em nossos anais pavoneava". Foi além, o Conde de Afonso Celso. Usando expressões da gíria política então em curso, acrescentou que João Fernandes Vieira era, assim, o fundador entre nós, do adesismo, homem da cavação, mestre máximo do avanço, inventor e cultivador genial do engrossamento e do auto-engrossamento. Mas concluiu, honestamente, que tendo examinado essa violenta opinião outro esclarecido per-

nambucano, o ponderado conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, achou este, em carta a Pereira da Costa, que se João Fernandes Vieira amou talvez demasiadamente o dinheiro, "em lance decisivo para o Brasil, arriscou vida e honra, mostrando amar também a terra em que se domiciliara" (24). Assim também pensamos. Outro erro, embora de menor vulto, mas nem por isso de pequena repercussão também eliminou Pereira da Costa, conseguindo, como sempre, o apoio de notáveis historiadores brasileiros. Apesar de todo respeito que lhe mereciam Antônio Joaquim de Melo e Abreu e Lima, corrugiu-os, como sempre baseado em sólidos documentos, quanto à data do rompimento da Confederação do Equador, a 2 e não a 24 de julho de 1824. Fê-lo em trabalho apresentado ao Instituto Arqueológico em maio de 1903, mas sómente publicado em 1908 (25). Continuando, entretanto, o costume das comemorações oficiais a 24 de julho, reabriu a questão, a 17 de julho de 1917, o já citado artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco*, publicado sob o título — "2 ou 24 de Julho?" Nêle concordou o mestre de Parnamirim com aquêle que considerava o mestre de todos os estudiosos de história pernambucana. Tanto bastou para que no Instituto Arqueológico a sentinelha alerta das glórias de Pernambuco, o sr. Mário Melo, logo propusesse que com a intervenção do governo estadual fosse modificada aquela data errada. Comparecendo à discussão, novos argumentos trouxe ao debate o próprio Pereira da Costa. Nomeada uma comissão para opinar a respeito, noutra sessão apresentou parecer favorável ao dia 2, o qual, comunicado ao governo, entrou em imediata aplicação, mediante a comemoração, pelo Instituto, pela primeira vez naquela data certa, no mesmo ano de 1917. No jornal *A Província* opôs-se, entretanto, à correção, seu redator-chefe, Gonçalves Maia, em vários artigos. Responderam, pelo *Diário de Pernambuco*, os srs. Mário Melo e Oliveira Lima, este em artigo significativamente intitulado — "História e Histórias". Tendo o governo do Estado aprovado a sugestão do Instituto, insistindo Gonçalves Maia em sua crítica, mandou Oliveira Lima os artigos em questão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que sobre eles opinasse. Fê-lo, em nome da instituição, o sr. Basílio de Magalhães, em parecer sobre "A verdadeira data da Confederação do Equador", também favorável à tese de Pereira da Costa. Discordou, ainda, Gonçalves Maia, havendo réplica; mas o Instituto do Rio de Janeiro, para terminar a questão, entregou-a ao mais alto juiz que então poderia apresentar o país, jurista que não desdenhava a História, Pedro Lessa. Inútil será acrescentar que ainda uma vez a irrecorável sentença de 16 de julho de 1918 foi favorável à correção de Pereira da Costa, hoje em contestada aceitação (26).

A mais importante das correções históricas do historiador recifense não será, porém, nemhuma das citadas, nem mesmo a relativa a João Fernandes Vieira que aliás já havia sido esboçada por Varnhagen. Será a que fêz quanto ao inicio do devassamento do território do Piauí, atribuindo-o ao bandeirante vicentino Domingos Jorge Velho, em 1662 ou 1663, de acordo com Documento do Arquivo da Secretaria do Governo de Pernambuco, incluído pela primeira vez em sua *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, publicada em 1909. Contestava, assim, a corrente que desde Sebastião da Rocha Pita, em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, atribuía essa prioridade ao entradista baiano-português Domingos Afonso Mafrense ou Domingos Afonso Serrão, rendeiro da famosa Casa da Tôrre, que teria atingido o interior hoje piauiense em 1674. De tanta importância para o caso foi a contribuição do historiador pernambucano que

desde a sua publicação nela preferentemente apoiaram os defensores da prioridade de Domingos Jorge Velho. E, para todos os efeitos, considerado decisivo o intitulado "documento de Pereira da Costa". Aceitam-no, como tal, Anísio Brito, na "Síntese Histórica" do *Estado do Piauí*, incluída no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (27) e o maior de nossos historiadores vivos, o sr. Affonso de Escragnolle Taunay, na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (28). Rejeitam-no, porém, apenas naquele sentido modificador de datas, não quanto ao interesse e fidelidade, outros estudiosos de hoje, inclusive os srs. Pedro Calmon (29) e Barbosa Lima Sobrinho, este autor de todo um erudi volume dedicado ao assunto — *O Devassamento do Piauí* (30).

Quanto a nós, como já tivemos de opinar na matéria, quando de nosso concurso para a cadeira de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, aqui não a podemos calar. Então, sob a presidência do sr. Affonso de E. Taunay, e tendo como outro dos examinadores o sr. Pedro Calmon, representantes, portanto, das duas correntes opostas, sustentamos outra tese, que é a de Rodolfo Garcia em nota à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen (31). O documento de Pereira da Costa, como opina o sr. Barbosa Lima Sobrinho, é confuso, discorda de outros pápeis contemporâneos (32). Tem, em branco, pela impossibilidade da leitura do manuscrito setecentista, cinco trechos da introdução, entretanto essencial à interpretação quanto as datas, parte em que merece contestação. De modo que, se pudéssemos contar o período de residência dos vicentinos no interior piauiense, "de vinte e quatro ou vinte e cinco anos", a partir da data citada no texto para a sua saída, 1657, então seria exata a hipótese de Pereira da Costa, de que Domingos Jorge Velho lá teria chegado em 1662 ou 1663. Mas, à vista das omissões do texto, de sua evidente falta de clareza, julgamos mais prudente a interpretação de que aquele prazo deve ser contado a partir da data das assinaturas dos pedidos de sesmarias, isto é, de 1704, e, consequentemente, os vicentinos lá teriam chegado em 1679 ou 1680, depois, portanto, do Mafrense. Ficamos, assim, com a corrente tradicional, de Rocha Pita e Varnhagen, de Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e Rodolfo Garcia, embora sem desprezar a revelação de Pereira da Costa.

O terceiro aspecto sob o qual queremos examinar a obra do historiador pernambucano é o do prestito catalisador, o do utilíssimo e modesto trabalhador que investiga questões de nomes e datas, facilitando as tarefas dos que vêm depois, e que, só inconscientemente poderão mesmo acabar missão tão digna e necessária. Não foi sem razão que ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro salientou ele: "a função tradicional em Portugal, na Espanha e mesmo no Brasil, dos cronistas-mores do Reino, das Índias, do Ultramar e do Império" (33), cujas atribuições competem, hoje, a tantos devotados membros dos Institutos Históricos existentes em todo o país.

Já em 1883 preparou Pereira da Costa um trabalho de gênero — *Primeras Eleições em Pernambuco, e seus Representantes às Constituintes e Assembleia Geral do Brasil — 1821-1824*.

Depois, entre 1896 e 1909, também nas páginas da *Revista do Instituto Arqueológico*, levantou anotação e biográfica lista de todos os governantes de Pernambuco, de 1534 a 1889. Donatários, capitães-mores, governadores loco-técnicos dos donatários, governadores e capitães-generais, os intrusos governantes da holandesa Companhia das Índias Ocidentais, juntas dos Governos Provisórios e revolucionários, presidentes da província, efetivos e interinos — todos a estes pacientemente arrolados e comentados, para benefício dos consultantes seguintes, muitas vezes desconhecedores e apressados jugadores.

(Continua na pg. 8)

Cia. SIDERÚRGICA NACIONAL

FORD

FORD. MOTOR COMPANY, ESPORTS. INC.

"FORD E MERCURY"

ARMINDO C. MOURA

RECIFE

RUA IMPERIAL, 1669 / 75

CAIXA POSTAL, 333

INSC. 5280

FONES, 7493 e 7494

End. Telegr. CHAMPION

Recife -- Pernambuco

PEREIRA da Costa publicou o FOLK-LORE PERNAMBUCANO no tomo LXX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parte II, Rio de Janeiro, 1908.

Deu um volume de 641 páginas. Em 1912 estava difícil conseguir-se um exemplar. Agora é impossível. Inútil foram minhas tentativas de sedução junto aos editores e as cartas sacudidas, como garrafas na hora do naufrágio, pedindo reimpressão do FOLK-LORE PERNAMBUCANO. Mas estou certo que a segunda edição aparecerá, inevitável como um imperativo lógico. Não é homenagem ao autor que dela não precisa. E' uma obrigação necessária à nossa bibliografia realmente de informação no plano folclórico.

No sentido humano, atual e ao encontro da curiosidade dos estudiosos do Homem Brasileiro em sua normalidade diária, FOLK-LORE PERNAMBUCANO é o melhor livro de Pereira da Costa. E' aquêle que interessa maior número de brasileiros e de leitores e alcança uma área muito maior de notícia e de contemporaneidade no plano da demopsicologia.

Quando o reeditarem verão o resultado daquela massa de notícias, do esforço, de notas reunidas penosa e teimosamente, anos e anos, espalhando pelo Brasil uma onda de novidades velhas que muita gente ignora ter sido fixada.

Com o insuperável VOCABULARIO PERNAMBUCANO o FOLK-LORE completa a série sem igual e sem semelhança pelo valor e vastidão documental. O único engano do autor é, no amor febril por Pernambuco, não ter dado aos seus trabalhos os títulos reais, ampliando na primeira página o que tão bem existe no texto, o estudo de toda a região, de todos os Estados do Nordeste. Batizando-o "pernambucano" Pereira da Costa limitou, apenas no nome, as águas do seu rio que correram por outras terras, sem nascer e sem morrer onde riscara as fronteiras convencionais. Quarenta e três anos depois de publicado o FOLK-LORE PERNAMBUCANO continua sozinho na sua classe.

Rodolfo Garcia contou-me que Pereira da Costa vivia tomando notas para esses dois livros. E mergulhando nos montões de jornais velhos, pescando rariades que documentava, inflexivelmente, como um velho professor alemão de Tübingen, com os pormenores, como se alguém pusesse em dúvida a veracidade do registo.

Devia muita gente achar graça no historiador e não perdoar ao folclorista a caçada etnográfica. Por mais banal, dispensável e óco, um livro de História imprime o respeito da tradição. Acima desse tabu só conheço o tabu do volume sobre Economia e Finanças. Seja qual for o texto, com as páginas fervilhantes de esquemas, de algarismos e de diagramas, o autor terá uma auréola de respeito. Não quero dizer que seja lido. Mas é um homem que estuda coisas sérias e necessárias, sizudas, conspicuas, imprimindo a reverência ao leitor. A História consegue o mesmo efeito. O FOLK-LORE está na fase da valorização. E' preciso citar-se nome estrangeiro, Universidade longínqua, gente de fala atraçada, para que seja tomado, não digo a sério, mas com um pouco de compostura.

Imagino Pereira da Costa arrumando suas notas sobre as Superstições Populares, perguntando sobre o Lobishomem, sobre os feitiços. As tradições eram apenas motivos literários, para poemas e sonetos, para uma pincelada discreta e fácil de côntra local. Ningém as fixava, em conjunto, demoradamente, passando duma a outra seção, como fez o

PEREIRA DA COSTA

folklorista

LUIZ DA CÂMARA CASCUDO

velho e grande mestre pernambucano.

As Superstições Populares, a poesia do povo, o Romanceiro, o Cancioneiro, os Pastoris, as Parlendas e Brincos infantis, a miscelânea, as 380 quadrinhas, foram os resultados dessas pesquisas.

Mas essa indicação, que é o índice feito por ele, diz muito pouco do volume. Pereira da Costa não tinha método algum. Ou tinha o seu método que era o não ter. O FOLK-LORE PERNAMBUCANO exige paciência para uma consulta. Lá dentro está quasi tudo que o leitor precisa saber. O difícil é atinar onde Pereira da Costa colocou a informação preciosa. Pelo índice ninguém terá a idéia do conteúdo. Estão todos os autos tradicionais, as festas religiosas em que o povo participando dava matiz suggestivo, os feitiços, as superstições, as crenças, os mitos, as lendas, observações pessoais, reminiscências, mil aspectos. E ninguém antes de Pereira da Costa cimentou seu trabalho com tamanha segurança pesquisadora. Deu-nos a poesia popular através dos séculos, desde a dominação holandesa, com um poema satírico sobre a inauguração da ponte pelo conde Mauricio de Nassau, a história do BOI DE PALHA. Daí vem vindo pelos ilustres Capitães Generais na verve anônima do povo, evocando as rimas pobres e chistosas que desenham a época tão bem ou melhor que um cronista de pena de pato na mão e areeiro na outra.

Sobre cada elemento folclórico o historiador amarra a lembrança do fato histórico. A simples enumeração do culto litolátrico, o respeito supersticioso às pedras, fá-las arrancar e escrever um estudo magnífico sobre o REINADO DA PEDRA BONITA, ligado ao ciclo do Sebastianiano no Brasil. A parte religiosa é insuperável pela variedade, riqueza de informação, colórico. Pereira da Costa lera os cronistas, os relatórios, também era familiar de todos os arquivos pernambucanos, sabendo onde estava a correspondência oficial, imponente e gostosa. E, antes de outro, ligava a pequenina e simples superstição a um documento histórico, mostrando-lhe antiguidade, importância, seriedade. Daí o Folclore político ter tido um esplendor no seu volume. Esplendor de inopinado e surpreendente efeito para o leitor desprevenido ou ignorante das reservas do velho Pereira da Costa.

Deu, no ROMANCEIRO, vários Romances em forma única, ou com elementos apenas existentes na sua cópia. No DONA ANA DOS CABELOS DE OURO há uma passagem que diz assim:

Dava mais, do pé direito
O meu bordado chapim.

O Romance é conhecido e reeditado por muito homem sabedor, Garrett, Teófilo Braga, Silvio Romero, etc. Não há noutra cópia o tal versinho. E justamente esse versinho denuncia a persistência, em fins do século XV, da cerimônia simbólica da posse pela entrega do sapatão. No tempo de Lutero era popularíssimo na Alemanha mas não havia documentação popular portuguesa, mesmo anterior, ligada ao povo. Tinhamos a

Maria Borracheira que é escolhida pelo calçar do chapim mas a Maria Borracheira não é portuguesa. Pereira da Costa fixou um elemento que andava na boca do povo pernambucano e que desapareceria em Portugal de onde viera. Deu um número valioso de Romances, anotando-os, como Silvio Romero não tivera tempo de fazer com o seu CANTOS POPULARES DO BRASIL.

Incluiu as xácaras, os romances brasileiros locais, seguindo ao mestre Silvio Romero na pesquisa ao ciclo do vaqueiro, a gesta do gado, que José de Alencar comemorava com o tão injustamente esquecido NOSSO CANCIONEIRO em 1874. Inútil é não citar o maranhense Ceilo de Magalhães cujos estudos deviam voltar aos olhos na glória humilde de ter sido precursor quase isolado, e criador legítimo, estudante de Direito no Recife.

O FOLK-LORE PERNAMBUCANO é o melhor documentário que ainda possuímos sobre o assunto no nordeste e norte do Brasil. Indispensável para o confronto das sobrevivências e "constantes" mais precioso se torna como fonte de consulta para o estudo de outros países porque terá uma visão de conjunto de quase todos os aspectos (excepto a Nove-lística) do Folclore brasileiro.

Quando queríamos estudar o Folclore brasileiro íamos até pouco tempo, aos viajantes estrangeiros. Eles anotavam as curiosidades, as coisas locais, afrejando o pitoresco, como Expilly ao cafuné, Karl von den Steinen às tradições locais de Cuiabá, Charles Frederik Hart às histórias do jabuti. Depois é que fomos registrando, recolhendo, confrontando. Mas perdemos um tempo caríssimo discutindo em que gaveta do fechário deverá ficar a notinha encontrada. Antes de tornar-se pesquisador o brasileiro teima em ser erudito. E essa erudição é mais atrapalhante que uma gagueira em orador de meeting.

Pereira da Costa, sem estímulo e sem sugestão do ambiente, sócio ilustre do Instituto Arqueológico, abriu o caminho que Silvio Romero rasgara anos antes.

O FOLK-LORE PERNAMBUCANO reúne esse material, parte do povo e parte do livro, colhido em fontes difíceis e postas ao alcance da sede contemporânea. Homem de biblioteca e de arquivo, podia ressuscitar os perdidos jornais recifenses e fazer Frei Carapuceiro (brevemente vivo pela mão do ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO) voltar a conversar e contar o que vira, vira zangado e protestando, no Recife de outrora.

Conservou Pereira da Costa sua simpatia bem pernambucana, vale dizer nordestina, pelo povo, hábitos, costumes, forma de viver, alimentos, crenças populares, mais próximo pelo faro de historiador e pela continuidade de uma predileção psicológica que fatalmente existe no subconsciente do pesquisador pernambucano, a paixão pelo social. Mas o social em Pereira da Costa, depois de haver feito desfilar as datas e os homens maiores e menores da História, empurrou-o para o Homem Normal e Diário, o criador da etnografia, fazendo-o viver a existência banal e miraculosa do trabalhador, do funcionário público, da pequena sociedade ambiental, do mestiço, na limpeza da cotidianidade banal. Por isso seu livro é

um corte vertical no mundo interior da sensibilidade popular, um corte nas raízes e não um exame classificador de flôres e de fôlhas bonitas.

O VOCABULARIO PERNAMBUCANO devemos ao benemerito Instituto Arqueológico (RIAHGH, vol. XXXIV, Recife, 1937), 763 páginas maciças, fixando em verbetes quanto poderíamos esperar de trinta anos de paciente e calma pesca-ria idiomática. O vocabulário aparece na interpretação local e popular, pernambucana e nordestina em sua maior percentagem. Fiel a sua técnica, reuniu e transcreveu as origens impressas, jornais, revistas, relatórios, livros, lembranças pessoais. Há verbetes que valem estudos inteiros. Probleminhos controvertidos e escuros pelas discussões, reaparecem lépidos em poucas linhas, dando uma impressão segura de quantos custaram em estudo e pensamento para aquêle traje limpo de apresentação em bom estilo. Noutro plano, só Stradelli fizera, com sua bem crismado em VOCABULARIO NHE-ENGATU' PORTUGUES e publicado pela revista do Instituto Histórico Brasileiro.

O VOCABULARIO PERNAMBUCANO compreende a indicação folclórica, etnográfica, histórica, de centenas e centenas de elementos ricos de presença no dia-a-dia de toda a região. A caçada prolongava-se tenazmente na pista de um vocábulo que já passara da moda mas Pereira da Costa cismava conhecer o caminho certo. Desmanchou dezenas de etimologias e de explicações dadas em jornais, expondo os títulos serenos da verdade, registos antigos, muitíssimos anteriores às datas da pregoada origem. Bem deduzo que o pagamento de todo esforço estava na alegria íntima da tarefa a que se impusera. Não havia compensação material para uma tarefa absorvente e escuros pelas discussões, reaparecem lépidos em poucas linhas, dando uma impressão segura de quanto custaram em estudo e pensamento para aquêle traje limpo de apresentação em bom estilo, pedindo dezenas de anos, milhares de verificações, registos de pequeninas frases cujo sabor escaparia a quem não conheça o Recife ou desame o Folclore, fixação de palavras mortas e que tiveram vida sonora na boca do povo, soando como moeda de ouro, cunhada pela exatidão da intencionalidade mental. Se o povo é até certo ponto "um clássico que sobre vive" (Cláudio Basto) o VOCABULARIO PERNAMBUCANO é o seu melhor e mais longo repertório. São águas dos rios correntes e teimosos, bebida em louça de barro vermelho, enfeitada de branco, conservando o sabor inconfundível e a coloração fiel. Era o plano antigo de Mamedo Soares que começou o seu Dicionário, parcialmente publicado nos ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, interrompido de vez. Mas Pereira da Costa parece não o ter consultado, ausente de pequena bibliografia do VOCABULARIO. Mas, desejado, o pernambucano deixou ao morrer os originais completos do que planejara, e fizera, sozinho, juntando as pédras de todos os recantos da pesquisa e da intuição miraculosa.

O estudo dos regionalismos teve em Pereira da Costa uma superação. O VOCABULARIO PERNAMBUCANO deixou para o futuro o vocabulário e também o documentário, a forma capítosa e viva do seu uso. O povo ficou no VOCABULARIO, num instantâneo fulminante e feliz de sua naturalidade. No FOLK-LORE PERNAMBUCANO é a própria região que se deixou prender, nos cantos, nos contos, nas lendas, na alegria e no sonho, em todas as modalidades da existência normal, trabalhada e sincera no trágico cotidiano.

**NÃO PERCA A SUA OPORTUNIDADE:
COMPRE, HOJE MESMO, UM BILHETE DA
LOTERIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO!**

PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 6)

do trabalho que dá a qualquer honesto empreendimento do gênero (35).

Levantamento de outra natureza, mas também exigente de minuciosas pesquisas, e que, uma vez realizado, torna-se imprescindível fonte de informações (e de cópias dos menos criteriosos), foi o que fêz Pereira da Costa por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil e intitulado *Estudo Histórico-Retrospetivo sobre as Artes em Pernambuco* (36). Será, sem dúvida, dos mais completos até hoje efetuados na região, abrangendo diversos setores artísticos, e isto numa época em que o autor não podia contar com trabalhos de antecessores, de que pudessem louvar-se. Declarou, então, que este capítulo faria parte de um nunca publicado *Dicionário Histórico e Geográfico Pernambucano*, que com o tempo se transformou nos projetados *Anais Pernambucanos*, premiados pelo governo do Estado, em 1922.

Outro aspecto da obra de Pereira da Costa é o relativo a reivindicações de territórios estatutários. Já mencionamos a intensa repercussão obtida por seu trabalho *Em prol da Integridade do Território de Pernambuco*. Questões menores, ainda do mesmo gênero, abordou posteriormente. Assim, sempre fiel aos assuntos do Piauí, defendeu os direitos desse Estado as Ilhas do delta do Parnaíba, baseando-se tanto em documentos históricos como em argumentos jurídicos. Ao Instituto Arqueológico apresentou em 1901 um Estudo sobre as *Causas Eficentes da Emancipação Política do Estado de Alagoas*. Publicado em jornal, provocou fracas contestações, motivo pelo qual vinte anos depois o incluiu na Revista do Instituto, como sempre acompanhando o texto de documentos, em número de 26 (377).

Ainda uma questão pernambucana-balana, embora de caráter local, foi seu último trabalho da espécie: a *Contradição as Pretensões do Município Balano de Curaçá sobre a passagem da Boa Vista no Rio São Francisco*, de 1905.

Advogou, então, a reivindicação, pelo município pernambucano de Boa Vista, de seu direito sobre a passagem no grande rio, mantida pela municipalidade desde época remota, mas que, por desidia de certas administrações, havia passado ao vizinho município da Bahia.

Note-se, porém, que se algumas vezes Pereira da Costa defendeu direitos de Pernambuco e Piauí contra outros Estados da federação, nem por isso deixou de exaltar, na introdução ao *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, um dos aspectos essenciais da história da formação brasileira: o auxílio mitiano desde o período colonial realizado pelas capitâncias, verdadeira antecipação do sentimento da unidade nacional. No caso especial da Bahia publicou, em 1900, o estudo intitulado — *Pernambuco nas Lutas Emancipationistas da Bahia em 1822-1823*.

Também simpática foi, sem dúvida, a sua característica de grande historiador da própria cidade natal, do Recife que tanto amou e superiamente conheceu.

Data do inicio da República excelente estudo sobre *As Portas da Cidade do Recife, o Arco e Capela do Bom Jesus* (38).

Em 1894 publicou um trabalho sobre o Teatro Santa Isabel. De 1897 é uma *Notícia Histórico-Topográfica da Povoação do Poco da Panela* (39), então distribuída pela "Comissão de Solteiras promotoras da Novena e Festividade do dia" 1º de fevereiro. No ano seguinte, pretendendo o governo federal entrar de posse do edifício do Fórum do Recife, em quinze dias preparou Pereira da Costa o documentado protesto do Instituto Arqueológico, pedido pelo Conselho Municipal, que encerrou a questão. Intitulava-se o folheto de publicação oficial — *Memória Justificativa do Direito de Propriedade que assiste à Municipalidade do Recife sobre o Edifício em que funciona o Fórum desta Capital*. Já do novo século foi a *Notícia sobre a Fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Baluarte da Boa Vista* (40).

Seguiu-se-lhe interessante polêmica sobre o Passo (e não "Papo") do Fidalgo, em que detidamente estudou a importante função dos antigos armazéns ou trâpices de açúcar, depósitos em que permanecia a principal mercadoria da colônia, antes do embarque para a Europa (41). Duas Instituições Inglesas em Pernambuco — O Cemitério Britânico e o Templo Protestante, consequências do Tratado de 1810, documentadamente examinou em 1903 (42). Já de 1920 é o estudo — *Origens de algumas Praças e Ruas do Recife* (as praças da Independência, Boa Vista e Paraíso; rua da Aurora, atôrre de Afogados e rua Imperial).

Do ano da morte de Pereira da Costa é a documentada história de vinte e quatro arrabaldes da cidade — *Os Arredores do Recife*, que ocupa 141 páginas da Revista do Instituto Arqueológico (43). Suas origens principalmente em antigos engenhos de açúcar, afiaram plenamente confirmadas. Também de publicação póstuma é o capítulo intitulado *Visturas Coloniais*, em que assegurou ter chegado ao Recife a primeira carroagem sómente em 1795 (44). Como os dois trabalhos anteriores, traz este a indicação de pertencer aos *Anais Pernambucanos*.

Temos visto como a biografia aparece em boa parte da obra de Pereira da Costa, sempre cuidadosa das glórias pernambucanas, em todos os setores. Um de seus primeiros ensaios do gênero foi o *Estudo Histórico e Biográfico do Padre João Ribeiro Pessoa, Mártir da Revolução*

de 17. Seguiram-se-lhe o *Modesto Monumento à Memória de Demétrio Acácio de Albuquerque Melo e o Escorço Biográfico do Desembargador Nunes Machado*.

Seu primeiro livro de vulto, o *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, de 1882, representa sete anos de elaboração de suas duzentas biografias, contidas em mais de oitocentas páginas. Se contém enganos, como é natural, devêmo-los mais à precária situação dos estudos biográficos, naquela época, que a desculpas do autor, sómente admissíveis quando involuntários. E' o que se observa, por exemplo, na biografia seguinte, de Bento Teixeira Pinto, acompanhada da *Prosopopéia* (45), grandemente modificada por estudos posteriores.

Meisso um não pernambucano, mas que em Pernambuco longamente viveu e morreu, mereceu a atenção de Pereira da Costa. Referimo-nos à *Notícia Biográfica do Dr. Antônio de Moraes Silva, Autor do primeiro "Dicionário da Língua Portuguesa"*, trabalho feito para o Almanaque de Pernambuco para 1907 (Recife, 1906), no qual, considerando lacunas as informações da Pereira da Silva, Varnhagen e Joa-

folcôr Pernambucano — Subsídios para a História da Poesia Popular em Pernambuco, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1908 (49), e em separata do mesmo Instituto, trabalho de 641 páginas, não é sómente o maior, mas também o melhor que no gênero possui este Estado. Contém — "Superstições populares — A poesia popular — Româncero — Cancioneiro — Pastoril — Parliadas e briquedos infantis — Miscelânia — Quadradas populares". Merece atenção a importância na obra concedida à poesia histórica, conforme observou Alfredo de Carvalho em nota publicada na Revista do Instituto Arqueológico (50).

Ainda como linguista Pereira da Costa mereceria atenção especial. Seu maior trabalho a respeito é o *Vocabulário Pernambucano*, de que publicou, em vida, apenas as letras **A** e **B**, em 1916 (51), mas que o Instituto Arqueológico incluiu totalmente em sua Revista, vinte anos depois (52). Contém todos os termos regionais e sua documentada história. Chegou a ser anunciado como *Dicionário de Pernambucanismo* (53), mas afinal prevaleceu a denominação primitiva. Imenso é o valor de sua contribuição à linguística brasileira, na unânime opinião dos entendidos.

Além dessa obra maior, pequenos estudos histórico-linguísticos igualmente publicou Pereira da Costa, todos relativos à terra natal. Tais foram: *Origem do nome "Pernambucano"*, em 1918; *Marim-Olinda*, em 1920; ambos com a indicação de pertencerm os inestimáveis *Anais Pernambucanos* (54). E, de certo com o mesmo destino, de publicação póstuma, *Leão do Norte*, explicação desse apelido de Pernambuco e do nome do município de Floresta dos Leões (55).

Não podendo existir historiador que não seja também geógrafo, não escapou à regra Pereira da Costa, que muitas vezes mereceu também essa classificação, em numerosos escritos aqui citados. Além de ter confeccionado um repertório sistemático dos trabalhos relativos às ciências geográficas, conforme o plano adotado no Congresso Internacional de Berne (56), alguns trabalhos predominantemente de geografia também publicou. Tais foram as mencionadas *Notícias sobre as Comarcas de Pernambuco e do Piauí*; os documentos sobre os rios Parnaíba e Tocantins, enviados à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; a monografia sobre A Ilha de Fernando de Noronha, de incumbência oficial, "Notícia Histórica, Geográfica e Económica", de 1887; e, enfim, *Investigações sobre a Mineralogia*, publicados no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, em 1897-1898, reproduzidos na Revista do Instituto Arqueológico, em 1909 (57).

Estudioso preocupado com todos os aspectos do passado pernambucano, é natural que também a história econômica regional tenha figurado nos escritos de Pereira da Costa. Assim realmente aconteceu, tendo sido um de seus primeiros trabalhos o intitulado *Cultura de Café em Pernambuco*. Realizando-se, no Recife, uma Conferência Açucareira, a ele compareceu como representante do Estado, com duas memórias: uma sobre as origens históricas da indústria do açúcar em Pernambuco, dos engenhos coloniais às modernas usinas, outra sobre a necessidade da elaboração de um *Código Florestal* (58), méritos matérias, em que, com justiça, deve ser considerado um precursor, visto que sómente muito mais tarde foi realizada, entre nós, essa idéia de Pereira da Costa, de 1905. Interessando-se também por outro importante produto nordestino, publicou, em 1916, um estudo sobre *O Algodão em Pernambuco*.

Terminando o exame das obras de Pereira da Costa, queremos chamar a atenção para o fato de que a maior delas, cuja preparação ocupou metade de sua existência, sómente agora será publicada totalmente, talvez num conjunto de doze grandes volumes, por ordem do governo do Estado, em obediência à antiga disposição, a serem editadas pelo Arquivo Públco, sob a competente direção do sr. Jordão Emerenciano. Trata-se dos *Anais Pernambucanos*, de que vimos algumas amostras, em várias publicações esparsas, aqui mencionadas. Em dois outros tomos da Revista do Instituto Arqueológico foram transcritas da extinta Revista de História de Pernambuco mais duas de suas partes cronológicas, relativas aos períodos de 1493 a 1540 e de 1541 a 1565 (59). Tudo isto é, porém, apenas um prólogo, pois sómente a obra completa contentará aos estudiosos, aos amigos de Pernambuco de sua gloriosa história, como de seu desenvolvimento em quatro séculos. E a maior homenagem que pode ser prestada a um escritor — já o assassinou Ruy Barbosa em um volume de sua biblioteca — não é a estátua, não são as festas comemorativas, entretanto tão justas e convenientes; é, pura e simplesmente, a publicação de suas obras. Bem haja, portanto, o governo pernambucano que assim o entendeu, quanto à obra máxima de Francisco Augusto Pereira da Costa.

(1) Artur Muniz — Discurso na sessão de 20 de junho de 1902, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em que foi inaugurado o retrato de Pereira da Costa no Salão de Honra da instituição; na Revista do mesmo Instituto, vol. X, de março de 1903, fascículo 57, p. 346.

(2) Artur Muniz — Discurso cit., p. 349.

(3) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 115 (Rio de Janeiro, 1909), p. 512-517.

(4) Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fasc. 24, de dezembro de 1887 (p. 3/32); Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, p. 500-528.

(5) Transcrita na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fasc. 42 (Recife, 1901), p. 247-272, com três documentos anexos.

(6) Conforme as opiniões incluídas na Revista cit., fasc. 50 (Recife, 1897), p. 3/38.

(7) Artur Muniz — Discurso cit., p. 346.

(8) Publicou, a propósito, o folheto intitulado "Quarto Centenário do Descobrimento de Pernambuco em 26 de Janeiro de 1500. Incluídos na Revista cit., fasc. 53, p. 1/74.

(9) Revista cit., fasc. 57, p. 362-363.

(10) Transcrita na Revista cit., vol. XX, fasc. 99, de janeiro a março de 1918.

(11) Transcritas na Revista cit., vol. XV, de 1923, p. 295-299.

(12) Revista cit., vol. XXVII, de 1925-1926, p. 285-449; vol. XXIX, de 1930, p. 286.

(13) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 66, de 1924, vol. 150, p. 478.

(14) José Fernandes Vieira à Luz da História e da Crítica (Recife, 1907), p. 107. Estudo antigo incluído na Revista cit., fasc. 67, de março de 1906, p. 169-280.

(15) Artur Muniz — Discurso cit., p. 351.

(16) Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo II, de 1888, 1.º boletim, p. 31-40.

(17) Revista do Instituto Arqueológico, fasc. 43 (Recife, 1893), p. 21/100, com numerosos anexos documentais.

(18) Artur Muniz — Discurso cit., p. 352.

(19) Revista cit., fasc. 50 (Recife, 1897), ata de sessão de 10 de junho de 1897, p. 115.

(20) A Verdadeira Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão (Século XVII), na Revista cit., vol. XI, fasc. 69, de dezembro de 1903 (Recife, 1904), p. 119-159.

(21) No mesmo fasc. 69, de dezembro de 1903, a crítica de Alfredo de Carvalho à respectiva separata, p. 296/297. A Crítica Verba na Revista, vol. XIII, fasc. 73, de setembro de 1908, p. 464-573, com 23 notas em apêndice, incluindo muitos documentos.

(22) "A Naturalidade de Camarão — O Instituto Histórico Brasileiro, estudando a dualidade dos Potis indígenas, opina que o Camarão herói da Guerra Holandesa era pernambucano". Na Revista cit., vol. XXIX, de 1928-1929, p. 283-288.

(23) Revista cit., vol. XII, fasc. 67, de março de 1908, p. 169-280. Esta separata no ano seguinte contém nota 15.

(24) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118, cit., p. 512-513.

(25) Revista do Instituto Arqueológico, vol. XIII, fasc. 72, de junho de 1908, p. 272-342, inclusive as anotações documentais, sob o título — *Confederação do Equador. Investigações históricas sobre o dia preciso em que teve lugar a sua proclamação em Pernambuco, no ano de 1824*.

(26) Toda a matéria consta, sob o título — *Confederação do Equador*, do vol. XX, fasc. 99, de janeiro a março de 1918, da Revista cit., p. 1/95.

(27) Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do Centenário da Independência, vol. II (Rio de Janeiro, 1922), p. 333-358.

(28) Op. cit., tomo IV (São Paulo, 1928), p. 233-244.

(29) História da Casa da Torre (Rio de Janeiro, 1930), vol. VI; História do Brasil, vol. II (São Paulo, 1941), p. 288-291.

(30) Ensaio sobre o Devassamento do Piauí (Rio de Janeiro, 1929), depois transformado em *O Devassamento do Piauí* (São Paulo, 1946).

(31) Op. cit., de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, 3a. ed. integral, tomo III (São Paulo, s. d.), p. 297.

(32) O Devassamento do Piauí, cit., p. 190.

(33) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cit., p. 501-512.

(34) Revista do Instituto Arqueológico, vol. IV, fasc. 29, de 2º semestre de 1883 (Recife, 1884), p. 185-204.

(35) Revista cit., fascículos 48, 50, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 68, 69, 75, do ano de 1898 ao de 1909.

(36) Revista cit., fasc. 54 (Recife, 1900), p. 45.

(37) Revista cit., vol. XXIII, de 1921, p. 5/70.

(38) Revista cit., fasc. 42 (Recife, 1931), p. 285-299.

(39) Reproduzida na cit. Revista, vol. XXV, de 1923, p. 114-121.

(40) Revista cit., vol. X, fasc. 5 (Recife, 1901), p. 271-288, inclusive 7 anotações documentais.

(41) Revista cit., vol. X, fasc. 56, de março de 1902, p. 53/74 e 171/173 — "Corrigendas e Adições".

(42) Revista cit., vol. X, fasc. 59, de setembro de 1903, p. 526-536.

(43) Revista cit., vol. XXV, de 1923, p. 19/150.

(44) Revista cit., vol. XXX, de 1930, p. 25/30.

(45) Revista cit., fasc. 40 (Recife, 1931), p. 111-129.

(46) Comentada por Alfredo de Carvalho na cit. Revista, vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, p. 825-826.

(47) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118 (Rio de Janeiro, 1909), p. 1/105.

(48) Revista do Instituto Arqueológico, no vol. XIX, de 1917, os três primeiros trabalhos; no vol. XX, fasc. 99, p. 26/34, o quarto.

(49) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 70, parte II, de 1907, vol. 116 (Rio de Janeiro, 1908), p. 2/641.

(50) Revista do Instituto Arqueológico, vol. XIII, fasc. 74, de dezembro de 1908.

(51) Apresentado na Revista do Instituto Arqueológico, vol. XIII, fasc. 92, de abril a junho de 1915, p. 103/170, a letra A, com o título: Apontamentos para um Vocabulário Pernambucano de termos e frases populares e de vocabulários vernáculos correntes no Estado com acepções diferentes. A letra B, na Revista cit., vol. XVIII, de 1916 (Recife, 1917), p. 279-289, com a nota de que a publicação continuaria.

(52) Revista cit., todo o vol. XXXIV, de 1936 (Recife, 1937), p. 7/763.

(53) Revista cit., vol. XXV, de 1923, p. 301.

(54) Revista cit., vol. XX, fasc. 101, de julho a setembro de 1918, p. 103/173; e vol. XXII, de 1920, p. 128/136, respectivamente.

(55) Revista cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), p. 15/20.

(56) Artur Muniz — Discurso cit., p. 352.

(57) Revista cit., vol. XIV, fasc. 78, de dezembro de 1909, p. 500/528.

(58) Conforme nota de Rodolfo Garcia, sobre o folheto *Na Conferência Açucareira do Recife* (Recife, 1905), p. 56, na Revista cit., vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, p. 225.

(59) Revista cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), p. 89/228; e vol. XXXIII, de 1933/1935 (Recife, 1935), p. 201/309.

que fui a terra do Brasil em 1530
sob a capitania mór de Partim
Affonso de Sousa figura como comandante de um dos navios de freg
E, a caravela Princesa, capitão
Diogo Leite, que talvez seja aquele mesmo que entrou a terra forte
entre os mares de Outeiro e Outeiro
de Tamandaré.

Uma das laudas do Ms "ANÁIS PERNAMBUCANOS" — (1.º volume).

O Peguizador Pereira da Costa

Aderbal Jurema

O INSTITUTO foi minha escola. Estas, as palavras de Pereira da Costa quando o elevaram à categoria de sócio benemérito do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Daí a emotiva e profunda significação da presença do Instituto nesta noite em que se inicia a Semana Pereira da Costa, no Recife. No Recife onde aquêle homem bonacheirão, manso de espírito e de físico, atarracado e discreto — no retrato pitoresco sugerido pelo cronista Mário Sette — viveu completamente alheio à vida pública, às revoluções, aos movimentos demagógicos, à Campanha da Abolição, à queda do Império, às novidades da República, para se dedicar somente aos seus estudos e às suas pesquisas. Sobre tudo à pesquisa, como assinalou Gilberto Freyre ao escrever que o "seu forte era a investigação, a pesquisa, a informação exata, pura, minuciosa e às vezes decisiva que procurava sempre na própria fonte, tapada por muito mato brabo; ou no quasi impossível MS, papel ou livro velho em que de longe fasse a nota ou mesmo a simples data apetecida ou em debate".

Pereira da Costa, dentro do Instituto, revolveu tudo. Não se deteve deante de nenhuma tarefa por mais difícil que lhe parecesse, indo da história ao folclore, num trabalho que, hoje, nos causa admiração não só pela segurança de suas informações, como, principalmente, pelo volume dessas anotações que parecem obras de várias equipes e não e exclusivamente labor de um só homem. De um só homem e de um homem só, pois, Pereira da Costa nunca se associou a capelas ou igrejinhas, vivendo a sua vida de homem de letras, de infatigável trabalhador, como o chama com muita propriedade o snr. Artur Muniz, na penumbra preocupado somente com os seus alfarrábiós e as suas pesquisas.

Enquanto Tobias revolucionava as ciências jurídicas e sociais na tradicional Faculdade de Direito, Castro Alves promovia clubes libertários e compunha hinos de protesto contra a escravidão, Joaquim Nabuco e José Mariano disputavam com eloquência e coragem cívica as preferências do eleitorado, Pereira da Costa, encerrado no seu santo ofício de trapista da pesquisa, ia revolvendo a história brasileira, e em particular a pernambucana, em busca da fonte pura, da informação verídica, quer ao estudar a personalidade muito discutida de um João Fernandes Vieira — sobre quem escreveu uma crítica histórica deveras contundente, ou ao tentar a reabilitação do Conde Mauricio de Nassau à luz de documentos até aquela época inéditos para a história do domínio holandês no nordeste brasileiro.

Em meio ao panorama político e social de fins do segundo Império e de começo do novo século, Pereira da Costa foi, na verdade, um intelectual puro no sentido boraliano, sem jamais cortar o fio de seus estudos por uma atitude imediata de participação na vida e nos acontecimentos do país. A sua inquietação era de outro molde, a sua atuação, mais machadeana do que soreliano, deslizava sobre os velhos documentos, as cartas régias, os papéis empeirados ou sobre os livros de história e literatura das Bibliotecas do Liceu de Artes e Ofícios e do Estado, quasi todos eles, ainda hoje, com as marcas do seu dedo de pesquisador de faro que se não restringiu somente ao papel de anotador passivo da nossa história. Daí as suas incursões pelo folclore pernambucano onde — o mestre de todos nós — na frase consagradora de Oliveira Lima, revelou-se um homem de letras de cultura humanística, auto-didata, leitor de Gil Vicente e Le Sage e captador honesto do que há de mais genuino, de mais puro e vigoroso em nosso folclore nordestino. Nessa obra, a messe de todos os estudos posteriores, Pereira da Costa reuniu, em grosso volume, um material de primeiríssima ordem desde as canções do "Boi Espacio" até as jornadas dos nossos liricos pastores de arraial, hoje quasi desaparecidos ou profundamente deturpados.

Para que se tenha uma idéia da atividade incomum desse historiador provinciano, basta folhear ao acaso as coleções da revista do Instituto. Nelas, onde o autor dos "Anais Pernambucanos" foi um dos seus mais ilustres diretores e talvez o mais assíduo de seus colaboradores, encontramos não um único Pereira da Costa, mas vários deles sempre investido de autoridade no assunto que esplana documentalmente, ora num trabalho sobre mineralogia, flora e fauna, ora num estudo da poesia pernambucana na Revolução de 1817, ou, então, historiando a evolução das artes em Pernambuco.

Deante de suas monografias, de obras de vulto como o "Dicionário Biográfico", "Vocabulário Pernambucano", "Cronologia histórica do Piauhy", li-



Aderbal Jurema, na tribuna do Liceu de Artes e Ofícios (2)

vro aliás clássico para o estudo da formação histórica daquele Estado, e dos "Anais Pernambucanos" — desde 4 de maio de 1493, façanhas que dignificariam qualquer homem de letras como grande historiografo, a gente se pergunta, hoje: — que melhor exemplo da ação intelectual fecunda poderíamos apontar às gerações universitárias do que a desse pernambucano sem fortuna, a desse escritor sem fardão gracioso, a desse homem sem mancha que em seu testamento lamentou ter de deixar somente os escritos para a sua família, ao invés de letras mais lucrativas? Eis como esse autêntico grande homem expressou-se nas suas últimas vontades:

"Infelizmente para mim e para minha família, portanto, não segui os preceitos do velho brocardo latino: *primo vivere deinde philosophare*; e absorvi do completamente em estudos literários, sem vantagens remuneradoras, sacrificando tempo, saúde e mesmo alguns recursos, eu me contentava com a parca pensão de minha aposentadoria e, por último, com o subsídio de deputado ao Congresso do Estado, aliás gravado de onus diversos, quando muito bem poderia, e talvez mesmo preferivelmente, ter aplicado a minha atividade em *letras lucrativas*, e não com essas outras que ainda, infelizmente, não têm cotação nos nossos mercados". Vê-se, através dessa linguagem simples e direta, o desejo de se desculpar, em surdina, pelo nada que deixava em haveres para a sua família, chegado mesmo a dizer mais a deante: "E dahi, esse crime de lesa-pátria..."

Que maior exemplo, nestes duros tempos utilitários em que vivemos, do que a vida e a obra de Pereira da Costa? Dêsse Robinson da história pernambucana, isolado no meio de tanta gente que no Recife subia de posição, ganhava dinheiro, morria na praça pública, se metia em negócios e aventuras de toda espécie, enquanto ele, perdido nos MSS se achava a si mesmo e legava à posteridade um patrimônio cultural que não vive das muletas das citações porque bebeu a sua seiva na fonte direta dos arquivos e das obras originais, gracia ao bom costume de caminhar com as suas próprias pernas, que, embora curtas no físico, possuam mobilidade intelectual de botes de sete léguas.

Tem razão Alfredo de Carvalho, quando no prefácio do trabalho de Pereira da Costa sobre "A naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão", escreveu: "Neste estudo, no qual mais uma vez revelou a vastidão de seu saber histórico, o seu raro talento de argumentador util, a sua perícia no desenvolvimento

duma tese e o seu instinto singular de pesquisador, o snr. Pereira da Costa visou demonstrar duas proposições: ter sido pernambucano o famoso campeão indígena das lutas flamengas e que se não devia identificá-lo com o seu homônimo, já conhecido dos portugueses". E tem duplamente razão, primeiro — a respeito da identidade de Felipe Camarão e, segundo, quando aponta o seu raro talento de argumentador, a sua perícia no desenvolvimento duma tese e o seu instinto singular de pesquisador, porque Pereira da Costa, antes de tudo, foi um *scholar*, um pesquisador dos mais sérios que a cultura pernambucana já possuiu. Se os modernos críticos da sociologia brasileira apontam, com razão, o snr. Gilberto Freyre como o renovador dos métodos de pesquisa sociológica, no Brasil, cabe sem dúvida a Pereira da Costa a primazia de ter sido o pioneiro da história pernambucana no que diz respeito à fonte pura, à pesquisa direta do fato histórico.

Por isso, o Instituto Histórico, hoje nas mãos sábias e operantes de um outro pesquisador probro e inteligente como o dr. Luiz Estévam de Oliveira, associa-se com tóda a força de suas tradições, revigoradas nos seus atuais continuadores, às homenagens que o Estado de Pernambuco, representado na pessoa de seu governador, professor Agamenon Magalhães, presta merecidamente à memória de Francisco Augusto Pereira da Costa. Homenagens que têm o ponto mais alto no aparecimento do primeiro volume dos "Anais Pernambucanos", — obra quasi tóda inédita que a vigilância de outro trapista do Instituto, o diretor da Biblioteca Pública do Estado, snr. Olímpio Costa Júnior, soube guardá-la com zelo e dignidade.

Nesta noite, sob o tecto desta casa onde Pereira da Costa iniciou a sua vida de professor e de homem de letras, com a presença da Academia e de tanta gente ilustre, a sua vida resplandece tão forte como o sol do Recife.

(*) Discurso pronunciado como representante do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, na sessão inaugural da Semana do Centenário de Pereira da Costa, realizada no dia 10 do corrente, no Liceu de Artes e Ofícios.

LIVROS NOVOS

ESPELHO MÁGICO — Mário Quintana — Editora Globo Pôrto Alegre. — O livro "Espelho Mágico", que a Editora Globo acaba de lançar, revela ao nosso público mais outra face do multiforme talento poético de Mário Quintana. Já conhecido como autor de "Rua dos Cataventos" — o popularíssimo livro de sonetos que conseguiu, por assim dizer, o milagre de reabilitar no Brasil essa forma poética — como o puro lírico das "Cangões", o agudo anotado dos deliciosos flagrantes de "Sapato Florido" e como o notável surrealista de "O Aprendiz de Felticeiro", Mário Quintana nos surge agora com uma obra inteiramente diversa.

Trata-se de uma coleção de quartetos, muitos dos quais, publicados e reproduzidos que foram na imprensa nacional, já são de conhecimento público.

Nada melhor para recomendar esses Quartetos, do que a opinião de Montoro Lobato:

"Cada conjunto de quatro Versos seus — escreveu — o grande escritor brasileiro — constitui uma perfeita jóia de forma e de filosofia da mais alta qualidade; a que paira no Olimpo do humor. Tanto me tém encantado, que já despertei a atenção de meus amigos, e muitos andam com cópias na máquina no bolso".

Reunindo-os agora num volume, o autor presta mais uma contribuição à poesia nacional, que tanto lhe deve por suas obras anteriormente publicadas.

DE NASSAU — Antônio Acauã

— Editora Globo — Pôrto Alegre — Em sua apreciada Coleção Universo, a Editora Globo acaba de publicar mais um livro de Antônio Acauã: "Uma Aventura no Tempo de Nassau". Situa-se a presente novela em 1840, na cosmopolita Cidade Mauricio, como era então oficialmente chamada

a sede do governo holandês no Brasil. Consolidavam os invasores o seu novo império. A resistência amortecia, a ponto de parar as véses que se aproximava a capitulação final. Entretanto, o orgulhoso Nassau demonstrava insatisfação: por detrás das apariências, a conquista era só mais um passo à frente.

Entremente andava esta novela com fatos estritamente históricos, mostra o autor, que já nos deu "Capitão de Emboscadas", as misteriosas causas desse empreramento. Não apresenta ele aqui os lances épicos da luta em campo aberto nem a quase rotina das emboscadas e guerrilhas, mas a guerra surda da intriga, da espionagem, a guerra de bastidores, do desgaste psicológico e político.

João Moreno, lavrador de casas; o cristão-novo Simão Sarava; sua enteada Sara Navarro de Villeurs; Zé da Rua, um trabalhador; o mulato Godinho — são os personagens centrais que atuam neste livro. O leitor, porém, terá oportunidade de travar conhecimento com figuras históricas tais como o príncipe João Mauricio, conde de Nassau; o capitão da sua guarda, Charles Tourton; a esposa deste, Ana Paes; o sovina Gaspar Dias Ferreira; o imperturbável João Fernandes Vieira e, finalmente, o falso frei Manuel de Salvador.

Após estas páginas, o leitor ficará capacitado, em suma, a fazer uma idéia das humilhações, lutas e esperanças daquela gente que, durante anos de jugo báthavo, soube manter-se vigilante na defesa da sua terra e da sua liberdade.

A FAMILIA NA POESIA DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

JORGE ABRANTES

ASSIM como o cristianismo valorizou o homem, não distinguindo entre hebreu e gentio, livre e escravo romano e bárbaro, a poesia moderna valorizou o assunto, não estabelecendo diferenciação hierárquica entre o sublime e o prosaico e encorporando o cotidiano.

Na poesia moderna brasileira, Carlos Drummond de Andrade é o poeta que melhor operou essa valorização e essa encorporação, o que mais abundantemente se serve do "trivial", na despesa do léxico. Ele próprio disse, no poema *Explicação*:

"Meu verso é minha consolação. Meu verso é minha cachaca. Todo mundo tem sua cachaca.

Para beber, copo de cristal, canequinha de fôlha de flandres. Fôlha de taioba, pouco importa; tudo serve".

Seu lirismo se exprime assim:

"Ponho-me a escrever teu nome. Com letras de macarrão".

Sua poesia está cheia de unhas, jornal, sapatos velhos, gilete, bonde, bife, pneu, telefone, fruta, carne, pão, etc. Seu épico e seu trágico, não sendo o caso da "Carta a Stalin-grad", "Visão 944" ou de "Com o russo em Berlim", da "Rosa do Povo" (tratados, entretanto, daquela mesma inconfundível maneira), são os da "Morte do leiteiro", ou da "Morte no avião". E éle tem um longo poema intitulado "Dendatas poéticas"...

Não pode haver maior nem mais numerosa expressão do cotidiano e do prosaico do que na vida casreira. Carlos Drummond de Andrade é dos poetas brasileiros e talvez do mundo que mais e melhor cantaram a casa, em seus mais medos e insignificantes detalhes. Essa transfiguração do prosaico e do cotidiano, essa integração da casa no plano da poesia não é a meu ver gratuita, mas tem uma significação profunda. Quer dizer que a poesia é capaz de brotar do chão raso da vida comum, que cada homem é no íntimo um poeta, que o sublime e até heróico podem ser encontrados na vida simples e não apenas na vida excepcional. Este aspecto da poesia de Carlos Drummond de Andrade tem assim um acento cristão, porque só o cristianismo, com a exaltação da humildade e a humilhação da exaltação, com a valorização suprema das coisas pequenas e obscuras (ver o episódio do Natal e a simplicidade da moldura evan-

gética) é capaz de enxergar no homem comum a gloriosa figura de um filho de Deus e na vida por véses miserável dos seres humanos o prefácio do fulgurante Reino dos Céus.

Sempre me chamou a atenção o papel que ocupa o espaço poético da casa e da família na obra de Carlos Drummond de Andrade. Nas suas poesias completas, publicadas em 1948 sob o título *Poemas até agora*, (e já neste momento incompletas...), pode-se ver bem a influência desse tema. Três dos seus poemas têm a palavra família no título: *Família, Viagem na Família* e *Retrato de família*.

Vamos transcrever *Família*, que é pequeno:

"Três meninos e duas meninas, sendo uma ainda de colo. A cozinheira preta, a co-pierna mulata, o papagaio, o gato, o cão, as galinhas gordas no pátio de horta e a mulher que trata de tudo.

A espreguiçadeira, a cama, a gangorra, o cigarro, o trabalho, a reza, a goiabada na sobremesa de domingo, o palito nos dentes contentes, o gramofone rouco tôda noite e a mulher que trata de tudo.

O agiota, o leiteiro, o turco, o médico uma vez por mês, o bilhete tôdas as semanas branco! mas a esperança sempre verde. A mulher que trata de tudo E a felicidade".

Chamo a atenção para o efeito poético daquele refrão prosáico: "E a mulher que trata de tudo" e para a exaltação final da poderosa virtude da esperança, e da felicidade obscura.

Mas esse poema é dos que descem à exploração do mais rasteiro prosaismo pequeno — burguês e cotidiano, como em "Sociedade", em que um casal, saindo da casa de outro, vai falando mal do que lá viu. "E (no entanto) tôdas as quintas feiras elas voltam a casa do amigo."

Em *Viagem na Família*, o poeta se transporta à sua cidade mineira de Itabira e ao seu passado familiar, ouvindo

"... um abrir de baús e de lembranças violentas".

E diz:

"Pisando livros e cartas, viajamos na família. Casamentos; hipotecas; os primos tuberculosos; a tia louca; minha avó traída com as escravas, rangendo sêda na alcova".

Em *Retrato de família*, vemos o olhar evocador do poeta reconstruir, com a ajuda da imaginação, a essência tôda do que jaz por trás de uma velha fotografia:

"Este retrato de família está um tanto empoeirado. Já não se vê no rosto do pai quanto dinheiro ele ganhou.

Nas mãos dos tios não se percebem as viagens que ambos fizem.

A avô ficou lisa e amarela sem memórias da monarquia.

Os meninos como estão mudados.

O rosto de Pedro é trançado, usou os melhores sonhos. E João não é mais mentiroso.

O jardim tornou-se fantástico.

As flores são placas cintzentas. E a areia, sob pés extintos, é um oceano de névoa.

No semi-círculo das cadeiras nota-se certo movimento. As crianças trocam de lugar, mas sem barulho: é um retrato."

Nesse poema, volta o tema particular da casa:

"A casa tem muitas gavetas, muitos papéis, escadas compridas. Quem sabe a malícia das coisas, quando a matéria se abrrece?"

Tema que dá motivo e novas variações, mais intensamente carregadas de mistério poético, em *Indicações*, onde o poeta define:

"A família é pois uma arrumação de móveis, uma soma de linhas, formas, superfícies. São portas, chaves, pratos, camas, embrulhos obscuros, também um corredor, e o espaço entre o armário e a parede onde se deposita certa porção de silêncio, traças e poeira que de longe em longe se remove... e insiste."

Certamente faltam muitas explicações, seria difícil compreender, mesmo no cabo de longo tempo,

a barba cresce, cai, os dentes caem, os braços caem, caem partículas de comida de um garfo hesitante, as coisas caem, caem, e o chão está limpo, é liso. As pessoas deitam-se, são transportadas, desaparecem, e tudo é liso, salvo teu sobre a mesa curvado; e [tudo imóvel].

da penitenciária, os caçadores, os vulpinos". Sim, "Mas a casa é um amor. Que paz nos móveis. Uma cadeira se renova [meu desejo]. A lá, o tapete, é liso. As coisas plácidas e confiantes. A casa vive. Confio em cada tábua."

E de novo a teoria do lar:

"Uma família, como explicar? Pessoas, animais, objetos, o modo de dobrar os lenhos, o gôsto de usar este raio de sol, e não aquêle, certo corpo e não [outro] a coleção de retratos, também alguns livros, cartas, costumes, jeito de olhar, formato de cabeça, antipatias e inclinações infalíveis: uma família..."

Há, portanto, poderosa influência da casa na poesia de Carlos Drummond de Andrade, que, segundo revelou Homero Homem em interessantíssima reportagem para o *Jornal de Letras*, mora, não num apartamento, como milhares de cariocas adventícios, mas numa pequena casa própria em Copacabana, de cujo interior aquêle repórter literário nos ofereceu uma nitida e quase impertinente visão de conjunto. E para onde o poeta transportou os seus hábitos de funcionário público eficiente e arrumado. Possui Carlos Drummond de Andrade um imenso arquivo doméstico, em perfeita ordem, com seus documentos, papéis, originais, cartas, etc. como se quisesse prender o tempo, que escorre entre os seus poemas e transforma em fantasmas as casas de que elas falam.

Ai piano enguiçado, Jesus!"

O piano sugere a casa:

"Uma parede marca a rua e a casa. E toda proteção, docilidade, afago. Uma pare

[rede] se encosta em nós, e ao [vaciante] ajuda, ao tonto, ao cego. Do ou

[tro lado] é a noite, é o medo imemorial, são [os inspetores

Apesar de extensa a citação, insisto em perseguir o belo e sugestivo tema, ao longo, ou antes, ao fim desse poema:

"Como saber? a princípio parece deserto, como se nada ficasse, e um

[corre] em tua casa, tudo absor

[vendo. Lençóis amarelecem, gra

[vatas puem,

CENTENARIO DE PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 2)

ta da obra de Pereira da Costa é "Anais Pernambucanos" — em que empregou o melhor de sua vida e das suas pesquisas.

Os "Anais Pernambucanos" compreendem o período de 1493 a 1850. São 357 anos de história narrada dia após dia. Nos "Anais" estão não só os nomes de grandes heróis como de obscuros e silenciosos homens que fizeram alguma coisa pela sua terra. Estão registrados desde o fato histórico importante e bem composto até o incidente jocoso mas colorido e humano. E não só a história oficial, grave e solene, como a história social da vida pernambucana nos seus e pobre. Um homem que não

múltiplos aspectos econômicos, políticos e religiosos. As informações sobre o açúcar, o café, o algodão ocupam nos "Anais" a posição de verdadeiras monografias. E' o melhor repositório de dados e informações sobre a nossa província. Numa palavra: é o retrato vivo e humano de Pernambuco em corpo inteiro. Os "Anais" são na verdade uma encyclopédia pernambucana.

O mais impressionante é que uma obra desse porte e desse volume — a edição do Arquivo Públíco irá a mais de 10 tomos de 600 páginas — foi realizado por um só homem desajustado e pernambucano que não

dispunha nem dos recursos nem dos processos da moderna pesquisa histórica. Força é reconhecer que semelhante empreza deve ter tido os seus momentos de desespere, melancolia e desânimo. Nada, porém, abateu aquêle velhinho mirrado e gasto pelo trabalho. Nada abateu a coragem daquele homem modesto, mas profundamente dedicado ao estudo do passado pernambucano. Sua dedicação, sua coragem, seu nobre e silencioso heroísmo, resultou nessa obra que é o maior monumento histórico e literário, construído dia a dia, para exaltar o esforço povoador, o trabalho e a energia, o heroísmo, o espírito e a tradição de Pernambuco.

Pereira da Costa conseguiu esse admirável milagre de realizar, sozinho e pobre, uma obra que pelo vulto, pela importância e pela extensão transcende do esforço de um indivíduo para assemelhar-se ao de toda uma corporação. Esse milagre ele conseguiu pelas suas qualidades pessoais de tenacidade, resistência, dedicação, capacidade de trabalho e, sobretudo, pelo muito amor que votava a Pernambuco. Sua obra é o milagre do amor. De amor à sua terra e à sua gente.

J. VELÓSO & CAVALCANTI

CAIXA POSTAL, 369
INSCRIÇÃO, 230

Teleg.gramas
TENOR e JOTAVELOSO
Telefones: 9157 - 9289

COMISSÕES, REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

Exportação de Algodão, Sub-Produtos, Estópulas Linters, Resíduos de Fábricas.

RUA DO BOM JESUS, 227 - 2.º — S/10
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL

Poemas de Merten Macedo de Alcântara

SINFONIA N. 5 DE BEETHOVEN



CANÇÃO DA ANGÚSTIA NO CAIS

Peixes do mar enorme
afugentai os maus sonhos.
Levai-os pra muito longe,
para o mundo submerso,
onde não chega a visão.

Ali, que faço, minha amada,
toda noite neste cais?
Meus cabelos, minha angústia,
meus olhos submarinos,
é peixes do mar enorme,
afugentai os maus sonhos.

Amada, deixai-me ir,
embora pra muito longe,
não molhei mais o meu peito
com o suor da vossa testa,
amada, deixai-me ir,
embora pra muito longe.

Vede o Navio, amada,
repousai os olhos nêle,
deixai-me partir, amada.

O suor da minha amada
(orvalho da noite-angústia)
molhou-me o peito e não posso
partir com os meus cabelos,
dançando no vento triste,
meus olhos submarinos
bailando na escuridão.

(1947)



LLEWELLYN

Richard Llewellyn,
Como é bom a gente
recordar esses mortos,
Estigmatizados,
No nosso amor,
No fundo da nossa alma,
Em nossa própria carne.

Richard Llewellyn,
Que gôsto amargo de saudade
A gente traz na alma,
Quando se recorda
A vida desses mortos,
Que nunca, nunca
Morreram para nós...

(1948)

"E' o destino que bate à porta..."



Quatro gritos lancinantes de horror... A tempestade
Ruge como os demônios no Inferno
Desaba o mês e atormenta saber que o amor não redime e a vida se esvai
Quatro gritos lancinantes de horror... Que ouvidos escutaram?
As pálpebras descidas e a expressão monstruosa da face-máscara, parada.
Rumores tocam a terra — coração bárbaro do músico insone.
O' dor purificadora do sofrimento sem li
O' mensagens que a Deus apavoram, e aos homens paralisam!
Quatro gritos de ódio nascidos, quando o dilúvio arrastou a desgraça dos tempos,
Gerados do sangue e da mão milagrosa do espírito-sôpro, vagueante,
Da soma alucinada e uníssona das torrentes — assombração dos demônios.
(Não há lugar para anjos)
Amanhã,
Os rebanhos serão mansos, flores crescerão nos campos da Europa,
Cantarão os moinhos de vento e a voz das primaveras será a voz das matinas.
E os pássaros saudarão a alegria do mundo.

(1948)



PEQUENA ELEGIA DA MORTE

Meu Deus, secam de vez,
No coração temeroso
As alegrias abundantes.
As flores e os frutos
Se debrucam
Nas árvores negras
Que adormecem na sombra.
Estancam as lágrimas tranquilas,
As fontes,
De puro olhar liquefeito,
Nestas coisas estranhas.
Sepultei o meu corpo em tua terra.
Oh, os nossos corpos,
Oh, os nossos corpos se transformam,
Ah, se transformam!
Somos esguios ciprestes,
Somos escuros fantasmas.

Como fios gotejantes,
Súbitos rolados,
Lanco minha face carnal
Ao teu escuro rio.
Águas subterrâneas,
A correr, a correr,

Sob selvagens palmeiras,
Nascidas sobre a infância.

O coração desce às profundezas
Do teu reino, morte.
Com um pressentimento de pouso
E segurança nunca tido.
Morte, é um rio.
Filéte luminoso de sono
Sob as brumas
Num país de palmeiras.
Morte, é fonte,
Nascente submersa que eu escutei
Ainda menino
Nas alturas do Crato.
Morte, cerquem-me
Teus murmúrios renitentes,
Agora ou nunca mais.
Morto, sou tua ilha rasa.
Sempre estive sozinho
Na tua líquida solidão —
Pobre pássaro pousado
Em teu esquife de pedra.

(1951)



NOITE MOLHADA DE CHUVA

Porque chove a noite tóda,
O canteiro está molhado.
Trarei flores do canteiro
Para cobrir o teu sono.
Dorme, dorme, a chuva desce,
Molha as flores do canteiro.
Noite molhada de chuva,
Sem vento, nem ventania,
Noite de mar e lembranças
De Vera Lúcia e Ana Maria.
Chove, chove, leve brisa
Afaga minha voz perdida.
Noite molhada de chuva,
Noite de flores molhadas,
De Vera Lúcia e Ana Maria.
Noite de tédio e saudade,
Se eu pudesse ia buscar,
Ia ofender a castidade,
Ia trambar contra a pureza,
De Vera Lúcia e Ana Maria.
O mar é longe, mas chove agora,
Tenras florzinhas escutam tudo —
Só não escutam passos distantes,
Também sem vento, nem ventania.
E' impossível reconhecer
Se a que passa é Vera Lúcia
Se a que morre — Ana Maria.

(1949)



SONETO A UMA JOVEM SUICIDA

"Destruir, dir-se-á de ti até o fim
dos tempos" — Rilke.

Fundem-se os sonhos agora
às mansas sombras distantes
onde, comovido, escuto
o teu canto de morte.

Adormecida, fulge sobre ti
na escuridão sem térm
a lâmina de ouro
suspensa como em outros tempos.

Tocastes o que não se extingue.
O misterioso alfange
que sobre ti brilhava.
Morta, por que robaste da vida
o seu maior mistério,
que fizeste da morte?

(1951)



PEREIRA DA COSTA NA ASSEMBLÉIA

(Continuação da pg. 5)

tivas, pelo menos, não constituem novidade na vida parlamentar brasileira. Há sempre um pretexto, um argumento, uma causa. Mas, nesse caso, em que João Eliá pretendia condicionar aquela curiosa "bem estar com a nossa conciência" ao silêncio e à unanimidade da Casa, justo, pelo menos, deve ter sido o motivo que levou Pereira da Costa a subscriver o pedido. Homem potre, de proclamadas desambiguações materiais e de desamor reconhecido ao dinheiro, o que o impelia, sem dúvida, era o cumprimento do dever. E ali estava, para ele, o dever a cumprir: a lei de meios, que era preciso discutir e votar com a atenção necessária.

Mas, seja como for, aquela prorrogação, que passaria à história, teve o seu preço: custou um mandato.

Outro acontecimento, que também não constitui uma inovação destes nossos tumultuados tempos, como diria Van Paassen, vamos registrar, sem más intenções, na época parlamentar de Pereira da Costa: o aumento de subsídio. E, embora sob forma indireta, a coisa vem de longe. Encontro, a esse respeito, nos Anais que andei rebuscando, uma notícia capaz de pôr água na boca de muito contemporâneo...

Na elaboração do orçamento de 1923, sob o governo de Sérgio Loreto, a Câmara aumentou a verba de representação do governador. Surgem acusações. Para rebatê-las, vai à tribuna Eurico Chaves. E diz que "efetivamente, a Constituição do Estado estabelece, no art. 63, que, em remuneração dos serviços do governador, a lei fixará uma quantia anual que não pode ser aumentada ou diminuída durante o período do seu governo, assim como dispõe, nos artigos 19 e 20, que "o subsídio dos senadores e deputados somente poderá ser alterado para vigorar na legislatura seguinte".

Mas, acrescenta, "nenhum preceito constitucional impede o aumento da verba de representação".

Agamenon Magalhães, em aparte, apoiando o orador, afirma que "a lei distingue". E Eurico Chaves, reconfundido, continua, dizendo que "tanto considerou sempre assim o Congresso Legislativo de Pernambuco que, sem nenhuma transgressão do dispositivo constitucional, pela lei ordinária n.º 761, de 25 de abril de 1900, mantendo o subsídio de 300\$000 ditários, estabeleceu a ajuda de custo máxima de 300\$000 para os seus membros, e pelas leis ordinárias n.º 1098, de 1 de julho de 1911, elevou a representação dos deputados e senadores para 500\$000, pagos no comêço das sessões ordinárias e extraordinárias e n.º 1485, de 28 de abril de 1922, aumentou-a para 2.000\$000 nas sessões ordinárias."

O processo, como se vê, era indireto. Aumentava-se em causa própria, não há dúvida, mas aumentava-se apenas a ajuda de custo.

Contudo, acrescente-se, o método que "não transgredia o dispositivo constitucional", era usado com muita parcimônia: de onze em onze anos.

Estou a ouvir, entretanto, o sr. deputado Elípidio Branco a dizer com os seus botões: "Ganhava-se muito pouco!" Mas, naquele tempo, em que o Estado dispensava 31 contos anuais com a Câmara e 40 contos e quinhentos com o Senado, isto é, com trinta deputados e quinze senadores, o quilo de carne custava aproximadamente um mil réis e o perú não ia muito além dos dez.

Naquele tempo, o deputado Conrado Maranhão não era ainda o dono do mercado da carne verde. Nem o velho Chico Heráclio interventor no Matadouro...

Mas, sob esse aspecto, se o passado e o presente por vezes se confundem, já o mesmo não se poderá dizer quanto à composição da Assembleia. No tempo de Pereira da Costa, notava-se aqui a presença de muitos intelectuais, ao lado de alguns homens que o sertão e a mata nos mandavam. Eram professores da Faculdade de Direito, mestres do Ginásio Pernambucano, membros do Instituto Argosológico, jornalistas e bacharéis. Homens como Artur Muniz, Blanor de Medeiros, Mário Rodrigues, Faria Neves Sobrinho, Souto Filho, Trajano Chacon, Gonçalves Malo, Agamenon Magalhães, Otávio Tavares, Rego Barros, Osvaldo Machado, entre outros muitos, aqui versavam as armas da retórica e debatiam os problemas do Estado.

O dinheiro não ganharia, ainda reus foros de hegemonia na área do voto popular. Os partidos, por seu turno, a despeito da estreita mentalidade caudilheira que os dominava, tinham mais cuidado na composição das chapas. E o caso, hoje quase impossível, senão mesmo impossível, das eleições sucessivas de um intelectual como Pereira da Costa, homem sem eira nem beira, é uma prova disso, desse respeito aos valores do espírito, hoje cada vez mais desdenhados, quando não traídos. Toda vez, o processo eletivo da época ajudava. Era o sistema do "bico de pena", merecimento do qual "governo não perdia eleição". E se, por desculpa, perdia, restava o recurso inspíavel: a "degradação".

Os candidatos, de um determinado distrito, recebiam, via de regra, o mesmo número de sufragios, ai se incluindo, numa homenagem muito ao gosto da época, os dos defuntos. Quando havia diferença, essa era mínima. Na terceira sessão preparatória, em 3 de março de 1910, Pereira da Costa, por exemplo, aparece na lista dos "liquidados e não contestados", com o eleito pelo 1.º Distrito, com 7.822 votos. O mais votado, Joaquim Carneiro Nobre de Lacerda, obteve 7.878 sufragios, isto é, 56 mais do que Pereira da Costa. Era, por assim dizer, uma espécie de democracia dirigida. E, não só dirigida, como muito bem escrutinada, no Diário do regime, pelos exímios contabilistas dos sufragios, autores da famosa "atlas das falsas".

As discussões parlamentares, aquela tempo, eram vivas e, não raro, brilhantes, marcadas quase sempre pelo gongorismo das imagens, pelo vistoso da frase. Um miserável projeto de isenção de impostos para uma fábrica de moer trigo do an. Lundgreen, desões que Faria Neves Sobrinho chamaria "catita no tanque" e na intenção", provocou, por exemplo, excessos de debates, agitando o plenário e as galerias.

Foi em 1903, Artur Muniz, aquela mesmo que judiaria atrozmente do leito de Pereira da Costa, vai à tribuna para combater o privilégio. As gaierias aplaudem-no ruvidamente. Inflama-se o orador. E cita, a propósito do modesto moelho de trigo, Vergniaud, Robespierre, na perorata, a batalha da Salamina. Deante do moelho do "comerciante Lundgreen", Muniz assemelha-se a um Quixote arremetendo contra moinhos de vento. E quarenta e oito anos mais tarde, como vimos aqui há meses, o deputado Fernando Lacerda imita-lo, esgrimindo contra o industrial João Santos por causa de uma isenção semelhante. Só tem que não foi à Salamina: ficou na Ilha de Itapescoca...

De não menor interesse, por idêntico pitoresco, é o caso de um certo projeto de criação

de um Serviço Agronômico. Seu autor, Samuel Hardiman faz também suas citações. Lembra a "Canaan", de Graciosa Aranha, e invoca o exemplo do Jacinto, em sua fazenda de Tormes. Um crítico diria que a crise da agricultura vinha, já naquele tempo, das belas letras. Mas o velho Samuel, indiferente a isso, termina pondo o seu projeto sob a proteção do romano Marcus Túlio Cícero: "nihil est agricultura melius, nihil uberior, nihil dulcis, nihil homine tibera dignius".

A coisa era, realmente, séria.

Mais séria, porém, foi a estréia de Lima Cavalcanti na sessão de 17 de março de 1922. E que o artigo 165 do Regimento Interno da época proibia, terminantemente, o discurso escrito. E o orador, que queria falar sobre a já momentânea questão das caldas das usinas, confessando-se "desabituado às improvisações e aos arroubos da oratória", pedia licença para infringir o dispositivo. E leu um discurso.

Um ano mais tarde, a queixa desse estrelante deu resultado. Foi declarada guerra ao artigo 165, através dumha indicação de Gomes Porto que pedia a abolição da exigência regimental. Tudo muito rápido. A Comissão de Polícia, em parecer assassinado por Otávio Tavares, Agamenon Magalhães e Antônio Valença, conciliou pela modificação do artigo. Isso porque, dizia a Comissão, "não devemos pretender que os debates, no seio dos Congressos Legislativos, venham a revestir a feição exclusiva de renhidos prédios, oratórios, em que mais brilho e mais videntes louros possa conquistar quem mais coñeça e melhor partido saiba tirar dos preceitos da velha retórica". E lembrava, a propósito, da Inglaterra, citado por Oliveira Lima, de que não há, nos Comuns, "os palavrões tão nosso conhecidos, nem as exibições quase pueras, às vezes de um sabor cobiçoso, ou de uma cultura feita à tesoura".

José Bezerra Filho, autor de um discurso em que falava na "claridade lactea de um luar branco estendido sobre a terra", não deve ter gostado daquela referência aos estilos de "sabor cobiçoso". Mas o fato é que venceu Lima Cavalcanti. O problema das caldas não foi resolvido, é certo, mas o artigo 165 saiu derrotado.

Um ano mais tarde, a queixa desse estrelante deu resultado. Foi declarada guerra ao artigo 165, através dumha indicação de Gomes Porto que pedia a abolição da exigência regimental. Tudo muito rápido. A Comissão de Polícia, em parecer assassinado por Otávio Tavares, Agamenon Magalhães e Antônio Valença, conciliou pela modificação do artigo. Isso porque, dizia a Comissão, "não devemos pretender que os debates, no seio dos Congressos Legislativos, venham a revestir a feição exclusiva de renhidos prédios, oratórios, em que mais brilho e mais videntes louros possa conquistar quem mais coñeça e melhor partido saiba tirar dos preceitos da velha retórica". E lembrava, a propósito, da Inglaterra, citado por Oliveira Lima, de que não há, nos Comuns, "os palavrões tão nosso conhecidos, nem as exibições quase pueras, às vezes de um sabor cobiçoso, ou de uma cultura feita à tesoura".

Enthusiasmado, porém, por maior, incomparavelmente maior, é o pôs numa certa consulta à Câmara e de que nos dâ notícia a respeito da sessão de 12 de maio do mesmo ano. Ai ele voava também, com a vantagem de não arrastar perigos, "por ares nunca dantes derrados". Nomeado professor da cadeira de Geografia do Ginásio Pernambucano, mas deseja de conservar o mandato de deputado, Agamenon Magalhães fazia, aos seus pares, essa consulta que, em homenagem à Minerá, como é a sua general.

"Exmo. Sr. Dr. Presidente da Câmara. Tendo sido classificado em primeiro lugar no concurso para professor catedrático da cadeira de Geografia do Ginásio Pernambucano, e, de acordo com o Regulamento do Colégio Pedro II, adotado naquele Instituto de Ensino, indicado ao Poder Executivo para ser provado na referida cadeira, o suíto à Câmara se posso aceitar a nomeação em face do artigo 24 da Constituição do Estado, sem perda do mandato. A disposição constitucional citada, vedando ao deputado 'ceitar emprego enquanto durar o mandato' tem evidentemente por fim evitar que congressista fique na contingência de receber favores do Poder Executivo, o que asfararia a sua independência. Assim nomeado, portanto, que fiquem ao arbitrio do Poder Executivo, que desste dependam, não podendo ser aceitas pelo Deputado sem a renúncia do mandato. Os cargos providos por concorrer 'porém, não dependem do Poder Executivo quando este fica adstrito, como na hipótese de nomear o candidato que for indicado pela Congregação. Pelo Regulamento do Colégio Pedro II, adotado no Ginásio, somente o candidato é classificado em primeiro lugar 'indicado para o provimento da cadeira de classificação e indicação são uninominais. Poder Executivo não pode, sem infringir 'lei, nomear outro candidato senão o indicado pelo Conselho de Professores do Ginásio, qual, na hipótese, foi o requerente. O governador apenas sanciona, reconhece o reito que o candidato conquistou nas provas amplas do concurso. O Poder Executivo faz, portanto, um favor provendo no mesmo o candidato classificado e indicado. E, não é um favor, se o Poder Executivo a dispõe do cargo, não pode para este nomear senão o indicado pela Congregação, é inofável que o requerente pode ser provido da cadeira de Geografia do Ginásio sem perda do mandato. Assim, espera que, ouvidos a Comissão de Constituição, Legislação e Jurisprudência, seja resolvida a matéria pela Câmara. 'Em 11 de maio de 1922. (a) Agamenon Magalhães".

Régis Barros, relator, deu parecer favorável que foi aceito pelos demais membros da Comissão e aprovado, final, pela Câmara. Os argumentos desse parecer eram os mesmos do querimento. E Agamenon Magalhães, sem mandato. Mas será que os nossos atuais colegas os nobres deputados Nilo Pereira e Edson Moreira, voltas com um caso análogo junto à Faculdade de Filosofia, poderão navegar, hoje, nessas mesmas águas?

(Continua no próximo número)

IMAGENS DO TEMPO

DILIGENTE no trabalho, exato na execução das tarefas, assíduo às sessões, Pereira da Costa não tolerava aquilo que hoje se chama por aqui, de "repose remunerado". Era uma prova de caráter. E aí está da sessão de 23 de abril de 1912 dá, a esse respeito, uma notícia definitiva. O marrotismo se esfaca com a ascensão de Dantas. A Câmara, dividida, já não funcionava como uma máquina. Surgiu o desinteresse e a oposição, em vez de arregimentar-se, fugir às sessões, não dando número. Era a debacle.

Indignado com essa desidia dos companheiros, Pereira da Costa vai à tribuna para lavrar um protesto. "A criminoso abatimento — diz ele — de alguns colegas ilustres no comparecimento às sessões da Câmara, entorpecendo assim a marcha regular dos trabalhos desta Casa, concorrendo para que nada se tenha feito aqui até agora e que, absolutamente nenhuma se possa fazer até o fim da atual sessão legislativa, tem levantado geral indignação da parte sensata desta cidade." E terminava requeirando a inserção, nos Anais, de um artigo de Teófilo Freire, que era uma candente crônica aquela continuada falta de "quorum".

O CAMPONES E A NOVA CIVILIZAÇÃO RURAL

(Continuação da pg. 17)

A previsão dos acontecimentos, o milagre ideológico e o roteiro dos párias estavam nos livros dos profetas de uma sociedade sem classes. As idéias de Marx Engels e Lenin exprimiam naquele momento crepuscular da burguesia russa, os sentimentos das massas proletárias, estimulavam a revolta dos que só conheciam a miséria, a nudez e a sujeira das habitações, pareciam traduzir os anseios da nação desorganizada e fraca. Efetuou-se a confusão das terras em nome do socialismo marxista e leninista, surgindo as *fazendas coletivas* e do Estado. Se estas constituem empresas públicas, aquelas têm o caráter cooperativista, são *granjas coletivas* onde, além de outras atividades, a agricultura e a pecuária são praticadas em proporções regulares.

Então, surgiu para a Rússia a nova civilização rural e diferente da que triunfou no México. Na União Soviética, o monopólio estatal, o coletivismo de produção, as estações de má-

quinas, a racionalização das culturas e outros elementos passaram a constituir a infra-estrutura ou a base material dessa nova civilização. Como país telúrico, a Rússia não pôde fugir a esse imperativo, porém as idéias adotadas, os métodos e os fins estabelecidos não se ajustam bem ao espírito democrático e cristão dos povos ocidentais. Isso não quer dizer que permaneçamos de braços cruzados em face dos problemas nacionais. Os nossos males aumentaram nos últimos anos, a desorganização da sociedade campesina é inegável, de modo que não há outro recurso senão uma reforma nas estruturas fundamentais da vida rural brasileira.

(1) — A. Carneiro Leão — A Sociedade Rural — seus problemas e sua educação — Editora A. Noite S/ — Rio — pags. 229 e segs. tributação" "Progresso e Pobreza — São Paulo — pag. 269.

cimento que, vendo no conhecer um processo vital, uma estrutura de relações, se mantém equidistante ao dogmatismo e ao ceticismo. A perspectiva condiciona o conhecimento, tanto da parte do objeto, como da parte do sujeito. Todas as nossas verdades, portanto, são "verdades incompletas", o que não se deve confundir com "verdades relativas". Por isso, as tentativas da inteligência humana na busca do saber representam uma aventura que persiste através dos tempos, sem que "exgote" ou "realize".

E coloca-se, diante de nós, o problema do homem. Faz-se o homem, outra vez, o centro do pensamento filosófico. A observação de Soloviev, em 1874, sobre pertencer ao mundo do passado uma filosofia exclusivamente teórica, está hoje confirmada. A vida vale mais do que a teoria. Na oposição destes termos, já expressa em Nietzsche, encontra-se a crise da modernidade. Como aceitar o homem esta condição de permanente aventura que desobre como sendo inerente ao seu destino? Camus, em *Le Mythe de Sisyphe*, tenta uma veemente explicação para o tema. Tudo se resolve no orgulho deste "homem absurdo" e no seu "vivre sans appeler". Mas, estará neste "vivre sans appeler" a essência da nossa natureza? Acho que não. Se assim o fôsse, não teria ela sentido. Isto que em nós existe, como se fôsse o ócio da Anglia, é feito bálsamo da nossa essência, é a presença do Mistério em nossa vida. Estamos colocados diante dele. E' em torno dele que nos movemos, conscientes da fragilidade da nossa grandeza, as mãos sempre vazias, mas sempre cheia o coração de aspirações fecundas. Falamos, uma aos outros, em mesmas linguagem de inastisfação, de procura, de renúncia. Aceitamos heróicamente semelhante condição, porque nos ameaça a solicitação de um regresso, o sentido do Mistério a empujar-nos a vida. De mãos vazias, de coração nostálgico, temos de seguir esta aventura até que, transpostas as fronteiras da temporalidade, mergulhe o nosso ser nos abismos Eternos.

Será esta, de resto, a significação do AD LUCEM que se acena aos que ingressam nesta casa.

(*) Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras

Pereira Da Costa No Instituto

MARIO MELO

Fez parte da solenização com que foi celebrado o centenário de Pereira da Costa a aposição duma placa de bronze na casa em que nasceu, na antiga rua Bela, hoje rua Ulhoa Cintra.

Foi orador o dr. Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto, que pronunciou as seguintes palavras:

Aqui, nesta casa humilde, nasceu um menino que fez de sua humildade pedes-
mial para a glorificação que lhe prestamos
nesta semana de sua vinda ao mundo.

O menino Francisco tinha vontade de
estudar porém lhe faltavam recursos. Justamente por isso teve que procurar em-
préstimo para sua manutenção. E entrou
para uma livraria, da rua do Imperador.
Estava, em parte, realizado seu sonho.
Em convívio com os livros.

Por isso mesmo, foi mau empregado e
o patrão condenou-o ao suplício de Tâ-
nalo: no meio dos livros, mas proibido de
abri-los, matar a sede do saber.

Lucrou a amizade dos homens de le-
tras que frequentavam a livraria e mere-
ceu conseguiu o lugar de amanuense do
Instituto Arqueológico.

Tinha o ordenado de cinquenta mil réis
necessários e podia ler à vontade.

Aconteceu que os sócios do Instituto
começaram a observar o valor do amanu-
ense e deliberaram elevá-lo à dignidade
de associado. Mas havia impedimento.

Não podia ao mesmo tempo ser sócio
fetivo e ser amanuense; dar e receber
ordens. Além disso, todas as despesas do
Instituto eram feitas pelos próprios só-
cios e o amanuense não estava em con-
dição de desembolsar a mensalidade.

Resolvendo, então, uma fórmula. Ele-
gendo sócio correspondente.

E assim, na sessão de 20 de abril de
1876 foi apresentada a proposta e na de
4 de maio foi feita a eleição.

Deu-se, porém, o que ninguém espe-
ava. O sócio correspondente estava dis-
pensado de posse e de discurso, mas o
dr. Augusto Costa — era esse, no início,
escolhido nome literário — entendeu
se apresentar um discurso para posse,

discurso que, considerado revolucionário,
foi remetido a uma comissão e, embora
não proferido, provocou debate durante
certo tempo.

O sr. Augusto Costa entendia que mais
teríamos lucrado como colônia da Holan-
da que como de Portugal, depois da luta
de nove anos para a conquista de nossa
Independência.

187
clara preparação e enriquecida
de, faltou a sua era, de que procede-
em 1876, 1877, 1878, 1879, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887, 1888, 1889, 1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 206

ELOGIO DE PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 13)

acontecimentos, tudo mais ali é a crônica dos fatos. Crônica desamparada das graças de um bom estilo, mas fiel. O que demonstra ter sido o nosso padrinho mestre um historiador à moda do seu tempo: — apegado ao pormenor, com um sentido mais cronológico do que social da História, por vezes tocado daquelas reflexões da filosofia liberal, em que se percebem uns traços de Fénelon.

Passemos, então, ao elogio de Pereira da Costa, como cumpre, e é grato, que o faça.

RECIFE, 1867

Nascido a 16 de dezembro de 1851, nesta cidade do Recife, Francisco Augusto Pereira da Costa, ia aqui iniciar a sua carreira literária pelo ano de 1867. Assim considero, como prenúncios desta sua atividade intelectual tão extensa e fecunda, não a publicação do seu primeiro artigo, em 1872, mas o seu ingresso como caixeleiro de uma livraria, sita à rua 15 de Novembro. Parecerá, de certo, paradoxal a escolha de tal critério. Mas, na verdade, para aquele jovem de 16 anos, obrigado a ir ganhar a vida com os poucos estudos que fizera no Colégio de N. S. do Bom Conselho, foi esta casa de livros, em que se juntavam para discretear intelectuais e estudantes de Direito, o berço de sua vocação literária.

Não é tão difícil restaurar o ambiente em que Francisco Augusto, no vigor da sua mocidade, achou estímulo para os seus sonhos de rapaz pobre. O Recife daquela época vivia o que mais tarde seriam as evocações do seu grande cronista, Mário Sette. Recordá-lo é pôr os olhos numa litogravura de Carlis ou de Schlipariz e deixar que a imaginação se alongue por aquelas ruas estreitas, de chão batido e de calçadas de tijolo, por onde ia e vinha uma população negra e em cujas esquinas conversavam senhores de roupas pretas. Ver passarem caiadas no rio ou escravos a carregar cadeirinhas. Espiar, no interior das casas e dos sobrados, à hora da madruga, mucamas que davam cafuné nas sininhazinhas sentimentais. Era o tempo das "pálidas amantes dos meus sonhos" que Castro Alves, mal saído da nossa cidade, iria continuar cantando sob a garota da Paulicéia. E nas pensões lia-se Hugo, entusiasta que se fêz a nossa juventude dêsse "luminoso hugoano" que lhe encenava com a generosa utopia de uma "république universelle". Tinhamos, não há negar, uma vida intelectual muito intensa. A Academia, fazendo convergir para aqua a maior parte dos estudantes do país, mesmo aqueles que depois concluiriam o curso em São Paulo, tornou a nossa capital, entre os anos de 1840 e o fim do império, o centro de maior vibração espiritual do Brasil. Pode não ter correspondido a esta vibração uma obra literária que a resguardasse do esquecimento. Mas o que existe esparsos pelos jornais da época — por esta quase mania pernambucana, quicá brasileira, das fólias de qualquer formato e feitio — assegura a Pernambuco uma receptividade muito ardega às inovações intelectuais e políticas do século XIX. O contacto com técnicos franceses, que Francisco do Rêgo Barros promove, muito ajudou a vulgarização dessas "idéias modernas" em nossa Província. Vauzier, aqui chegado em fins de 40, pôs-se a irradiar socialismo, como antes o Seminário de Olinda espalhara liberalismo. Ficamos, assim, marcados por um sentimento de "busca", por um tom quixotesco, muito pernambucano e brasileiro, da aventura progressista. Viamos no liberalismo, rossado alegres de um socialismo utópico, no postulado romântico da melhoria constante do homem, a marca dos "filhos do século" — a que tão lírica e prazerosamente nos incorporámos. Expressivos deste estado de ânimo são o Diário Novo e O Progresso, para a fase anterior a 48. O Futuro, que balisa a agitação intelectual da Academia entre 64 e 70, a Crença, o Americano, A América Ilustrada ou o Correio Pernambucano, que assinalam as atividades dos escritores de 1870 em diante, pertencemos ou não à chamada Escola do Recife. A estes últimos deve-se incorporar, não obstante a sua singularidade, o Deutscher Kampf, editado por Tobias Barreto em 1875, "fuer die Ausbreitung des Deutschtums in Norden Brasiliens". O que nela há de mais curioso é constituir uma tentativa de oposição à influência francesa, que sucedera à colômbia, e tão intensa se fêz sentir no Brasil e em Pernambuco durante o século XIX.

Retornemos, todavia, àquele ano de 1867. O apanhado das principais tendências espirituais do século, em nosso Estado, situam-no naquela fase da "mais expressiva idealidade intelectual", a que se refere o snr. Odilon Nestor, ao fixar algumas traços históricos da nossa Faculdade de Direito. E o jovem Pereira da Costa — apesar de caixeleiro e da animosidade entre caixeleiros e estudantes — encontrou, senão no dono, nos frequentadores da livraria da rua 15 de Novembro, um estímulo para os sonhos de literatura. Ali costumavam aparecer o cônego Rocael, a quem o Conservador, certamente como jornal de oposição, chamava de "bicho turbulento". Vizasse, também, Franklin Távora, então diretor geral da Instrução, "homem cabishaiço e humilde até no seu trajar", como ironizava a referida fólia. Encontravam-se, ainda, Vitoriano Palhares, que celebrava, em versos condoreiros, os sucessos do Paraguai, Antônio Joaquim de Melo, o mais dedicado cultor do nosso passado literário, Carneiro Viléla, Afonso Olinense, Francisco Cimontano, com tradição de grande humanista, e o velho Abreu e Lima. Este último, já bem próximo da morte, ainda tinha energias para uma polêmica com o cônego Pinto de Campos, conservador do Grêmio Pernambucano, em torno das chamadas bíblias falsificadas. O interessante, com que o jovem Pereira da Costa acompanhou o ruído debate, grangeou-lhe as simpatias do Cristão Velho que, no lado do cônego Rocael, procurou incentivá-lo e estimular-lhe o gosto, já bem forte, pela leitura. Assim animado, adquiriu ele, em 68, a Sinopsis, de Abreu e Lima, e a Galeria pitoresca dos homens célebres. Estas duas obras, arranjadas certamente com o sacrifício de algumas economias, traziam, consigo, um vigoroso estímulo ao futuro historiador.

O HISTORIADOR

Não irei acompanhar, passo por passo, a vida de Pereira da Costa. Não há nela rasgos de grandeza exterior. Foi-se tecendo, pelo contrário, de modéstia, de perseverança e de sacrifício. Uma vida silenciosa. Em 1871, inicia a sua carreira de funcionário público, na qual ascenderia aos postos de secretário do Governo e da Câmara. Mas, só vinte anos de-

pois, em maio de 91, realizaria o seu desejo de bacharelar-se em Direito. Percebe-se, por ali, que a vida, neste decorso, não lhe foi fácil, já que lhe faltou o tempo para os estudos acadêmicos. Entretanto, se perdura na vida e na obra de Pereira da Costa esta quase ausência de estudos acadêmicos, em tóda ela se nota, desde o verão dos vinte e um anos, um senso muito arrejado da pesquisa e um apagado indefeso ao passado. Em 5 de agosto de 1872, ao publicar o seu primeiro artigo no Diário de Pernambuco, sobre o Número Sete, já se lhe notam tais características. E em 1876, quando tomou posse, como sócio correspondente, no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, então funcionando no Convento do Carmo, faz um discurso deveras corajoso, ao censurar a ociosidade dos seus membros e ao criticá-los pelo fato de terem no Valeroso Lucideno a única fonte de informação. Para um jovem que, no seu próprio dizer, começava então a vida, a circunstância de magoar suscetibilidades e, mais ainda, a de procurar uma reabilitação para o conde de Nassau, não eram de todo lisonjeiras. O seu trabalho provocou uma crítica do snr. Augusto Pereira, em que é ele chamado de "apixonado holandês". Não havia motivos para o qualificativo, embora se perceba neste discurso um anti-lusismo que, não raro, reponta em sua obra. Pereira da Costa redarguiu, pelas mesmas colunas do Jornal do Recife, no seu opositor, e tanto no discurso como na polêmica o que parece constituir preocupação primordial é afastar os estudos históricos dos canones lusitanos, de que o livro de frei Manuel Calado, sempre visto por ele com um certo desdém, se tornara padrão.

Embora contasse já com ensaios publicados desde o ano de 73, tais como o estudo histórico e biográfico do padre Roma ou o que se ocupa do estabelecimento da tipografia em Pernambuco, é a partir do seu ingresso no Instituto que a produção do historiador se desenvolve e amplia. Mais tarde reconhecerá ele, agradecendo uma homenagem de que foi intérprete Artur Muniz, ter encontrado ali a sua "tenda de trabalho".

O DICIONÁRIO BIOGRÁFICO

A primeira obra de fôlego, que publicou, vem seis anos depois deste ingresso. É o Dicionário biográfico de pernambucanos célebres, editorado no Recife, em 1882. Enquadra-se no gênero das biografias encyclopédicas, que Plutarco e Corênia Neptônia cultivaram, e de que é modelo, entre nós, Pereira da Silva, com os seus Varões Ilustres. Pereira da Costa pertenceu a uma geração que, muito mais do que a atual, considerou a celebridade. O ser homem célebre, e pernambucano, há de ter feito dos seus biografados figuras impares da política ou das letras, padrões da virtude moral ou cívica, levando-o a considerá-los, todos e cada um, figuras de exceção. Eis o que prejudica o aspecto crítico, que se quisesse buscar nesta obra, embora continuá-la a ser o que temos de melhor no assunto e, mais ainda, a fonte a que indefectivamente se recorre.

Dois anos depois, está Pereira da Costa no Piauí, como secretário da Província. Os que se referem a sua estada naquele pôsto, louvam-lhe o poder de fazer amizade, pois, conviveu, indistintamente, com liberais e conservadores. Ali o historiador prosseguiu na sua tarefa, publicando, em 85, a Notícia sobre as comarcas do Piauí, que mais tarde, em 1909, ampliará na Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus primeiros tempos até a proclamação da República — trabalho ainda hoje fundamental para o conhecimento do passado piauiense.

O FOLCLORE PERNAMBUCANO

Estudar, nos limites de um discurso, tóda a obra de quem muito produziu — e produziu sem plano, aceitando a sugestão dos assuntos, com acentuado gosto pela monografia — é, de certo, impossível. O meu intento, portanto, cinge-se a focalizar alguns trabalhos mais importantes de Pereira da Costa. Entre estes, está o Folclore Pernambucano. Publicado em 1908, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — o lapso que medeia entre esta publicação e 1885 não subentende ociosidade para o historiador. Nêle se encontram, afora artigos de jornal, muitos daqueles opúsculos de feito tão modesto e de conteúdo tão denso, em que se fragmentou a sua obra. E de 1907 o ensaio João Fernandes Vieira à luz da Verdade e da Crítica, em que retoma, com vivacidade, a posição adversa ao autor do Valeroso Lucideno, para uma análise fria e profunda do ilustre madeirense. Constrastando, porém, com o porte erguendo daqueles opúsculos, o Folclore Pernambucano é volume de quase seiscentas páginas. Nêle se evidencia aquele senso muito arrejado de pesquisa, a que antecedei-me referi, e se vê o quanto o seu autor era sensível à sugestão dos temas populares. Não separei, assim, com estes historiadores para quem só a heroicidade merece atenção. Tudo quanto é popular ali se acha. Das superstições às quadradas, dos ditos aos brinquedos infantis. Nem sempre o qualificativo "pernambucano" se ajusta ao material colhido. Neste particular, faltou a Pereira da Costa o rigor da adjectivação, embora não lhe fosse estranho que muitas das superstições e credentes registradas "o povo herdou dos seus ancestrais", "sem um certo cunho de originalidade". Ele próprio, aliás, estabelece a miúdo cotejá com outras fontes. Mas isto apenas evidencia ser injustificável esta delimitação da ásrea, falha em que incide também o seu Vocabulário Pernambucano. O interesse e o valor do Folclore, porém, tanto quanto do Mosaleo e da Encyclopédia, está na fixação do pitoresco. Para sua época foi uma grande coisa. Vencer os preconceitos de quantos não atinavam com a importância destas pesquisas e dedicar-se a elas, com tão intensa simpatia, constitui um alto mérito. O mérito, pelo menos, de registrar, em cônres vivas, o passado pernambucano, sem as limitações cronológicas e com este poder de presença que atesta a contuidade do povo. Ali ficaram as jornadas dos pastora, a folganza do bumba-meu-boi ou o romance da Nau Catarineta que a maria dos shows, destes shows monótonos e inexpressivos, banhou atualmente das festas populares. Conservam-se os lundus, os baianos, as chulas, cheias daquela verdade social que comumente se esconde nos códigos e nos documentos oficiais. E na variedade das quadradas, percebe-se desde o azedume que fere a própria terra.

Quem vier a Pernambuco
Traga contas prâ rezar,
Pernambuco é purgatório
Onde as almas vêm penar

até estes arroubos líricos de miscegenação racial:

Manjerico de Lisboa
Tem a fôlha verde-escura
Nos braços de uma mulata
Tenho a minha sepultura.

OS ANAIS

A obra prima de Pereira da Costa, porém, continua quase inteiramente inédita. São os Anais Pernambucanos. Escreveu-os em tiras de papel amassado, numa letra pequena e regular, de talhe nervoso, que hoje estão confiadas à guarda da Biblioteca Pública e conservadas, dentro de um cofre, em caixas de charuto. Representam, segundo cálculos feitos, nada menos de sete volumes de quinhentas páginas, cada um. Concebidos dentro de um plano arrojado os Anais se ocupam da história pernambucana desde 1493 a 1850. Nos apontamentos para o seu prólogo, divulgados na Revista de História de Pernambuco, em dezembro de 1927, faz o autor a crônica do livro. São notas que representam uma espécie de testamento literário, por quanto as escreveu em outubro de 1923, dois meses antes de sua morte. E o que ali se conta parece, em muitas passagens, não a história de um livro, mas a história de uma vida. Da sua vida de escritor. Ainda moço, o Dicionário histórico-geográfico da Província de Maranhão, do dr. César Augusto Marques, aguçou-lhe o desejo de fazer obra igual em Pernambuco. No gênero, tinhamos Costa Honorato, um tanto inatual por ser de 1863. E, já nos primórdios de sua carreira literária, pelo ano de 1873, tançou o empolgaria este propósito que o externou publicamente. Dentro do plano concebido, a sua obra de 84, Comarcas da Província de Pernambuco, escrita com o auxílio de questionários que dirigira às câmaras municipais, era então uma parte da tarefa. Frustaram-se-lhe, porém, os sonhos, quando, em 1897, Sebastião Galvão publicou o primeiro volume do seu Dicionário, servindo-se, em muitas siglas, de trabalhos de Pereira da Costa, que mal citava e, se citava, recorría a artifícios que antecorriam o autor. Abandonou ele a idéia do Dicionário e deu-se à tarefa dos Anais. Um plano, certamente, mais grandioso. Sua execução registra a própria vida intelectual de Pereira da Costa. Um catálogo, que ele mesmo organizou, dá-nos uma visão panorâmica dos Anais. Da cultura do aniso ou do trigo ao dez reis xenex, da história civil à eclesiástica, da irmandade religiosa ao grêmio recreativo, da run ao sítio, o econômico, o social, o histórico e o pitoresco, tudo se contém naquelas tiras amaralegas, dignas de melhor sorte, como patéticamente não-lo diz ele, que continuam "esperando, esperando, desesperando mesmo, pela sua impressão". O malogro da primeira tentativa, em 1922, atirou ao ineditismo uma obra em que Pernambuco tem um retrato de corpo inteiro, onde o carinho do artista tudo viu, tudo realçou. Quem desfraré este sortilégio, quem curará este mau olhado, trazendo ao aconchego do Presente tanta vida e tantas glórias do nosso Passado?

UM DEVOTO DA PESQUISA

Sinto que me hei alongado demais neste discurso. Há de ter limite a vossa paciência... Devo, agora, encerrar o elogio do meu antecessor. Nada pode mais realçar-lhe a sinceridade do que proclamar-vos eu que muito pouco me custou fazê-lo. Na sua carreira de historiador, que se estendeu além de meio século, foi Pereira da Costa um devoto fiel da pesquisa histórica. E este traço que me parece mais sugestivo e marcante da sua personalidade. Faz particularmente da História de Pernambuco uma espécie de Trapa, em que circunscreveu as aspirações, a que ofereceu o entusiasmo, nela ficando tão embelecidamente situado que se tornou estranho aos acontecimentos do seu tempo. Com efeito, surpreendente é o quanto de alheamento do nosso historiador à sua época. Quem, como ele, foi tão familiar aos manuscritos e aos arquivos, quem marcou a sua convivência com velhos jornais pelos traços de lapis que permanecem nas colégias da Biblioteca Pública, quem tão zeloso se fez do passado pernambucano que não permitiu alguém o tratasse com mais desvelo, poderia não ser insensível às vibrações dos contemporâneos. E, nada obstante, Pereira da Costa se nos figura um homem que passou ao largo da vida. No seu todo de modéstia, sumido no fraque com seu andar miúdo e rápido, modelo da perseverança e da paciência, vêmo-lo sempre nesta sua Trapa, sem preocupações acadêmicas, sem cuidados de sistematização, sem intenções literárias ou filosóficas, franciscanamente entregue à devocão da pesquisa. E é esta devocão que assegura a obra tão acentuadamente monográfica, como a sua, um certo cunho de unidade e um sentido de grandeza que poucas vezes se achará na literatura nacional.

Foi o meu antecessor, snr. acadêmico, tão fiel à sua vocação e à sua Trapa, que de um só crim se acusava no testamento de 1909: — o de "lesa-família". Este crime, todavia, é hoje a sua glória, como é a glória dos seus, desta Casa e de Pernambuco, porquanto o redimiu e enalteceu aquelle "culto santo" à sua terra, pela qual, empenhada e desinteressadamente, como ele nô-lo confessa, tudo esqueceu e sacrificou.

PALAVRAS FINAIS

Se não violo o protocolo, consenti, snrs. acadêmicos, que me sirva o ensaço para expressar ao snr. cônego Xavier Pedrozo o profundo reconhecimento de que me fiz ainda mais credor do seu empenho, generosamente movido, para trazer-me ao vosso meio. Agradecendo ao mestre, de cujos lábios recolhi, no querido Seminário de Olinda, as mais belas lições de Humanidades, em cujo exemplo porfio para ver-me refletido, traduzo, também, um muito obrigado a todos que me acolheram fidalgamente. E que dizer-vos a vós, snr. Gilberto Osório de Andrade, que vos dignastes de receber-me, dando a sessão, que ora se realiza, não apenas o brilho de vossa palavra, mas o calor da vossa simpatia? Habitado a uma longa convivência convosco, no magistério e no jornalismo, aproximei-nos sempre uma natural curiosidade de pesquisas e uma certa volúpia dos problemas. Jamais nos acomodamos a

(Continua na pg. 16)

PRIMEIRO ANIVERSARIO DO GOVERNO AGAMENON MAGALHÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE
ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO ANTONIO PEREIRA

A PREFEITURA DO RECIFE TRABALHA:

Pavimentação realizada 140.752 m²
Máximo já realizado anteriormente em igual período 108.019 m²
Diferença para mais a favor da atual administração 32.733 m²



Rua Imperial

Reposição do calçamento 71.604 m²
Máximo já realizado anteriormente em igual período 48.284 m²
Diferença para mais a favor da atual administração 23.320 m²

VISTO

Edgar Gonçalves D'Amorim

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Técnicos Municipais

Antônio Pereira

Prefeito

RELAÇÃO DE ALGUNS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA PREFEITURA DO RECIFE, NO PERÍODO DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1951 A JANEIRO DE 1952

PAVIMENTAÇÃO

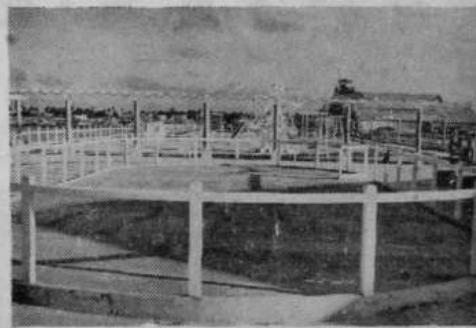
Rua Quarenta e Oito (parte final)
Estrada para o Engenho do Meio
Rua General José Simião (parte final)
Ponte Santa Isabel
Rua São Miguel
Estrada de Belém (parte lateral)
Aeroporto
Aero Clube
Av. Dantas Barreto (trecho)
Av. Rui Barbosa (Ponte d'Uchoa a Parnamirim)
Rua Imperial
Rua Bernardo Guimarães



Aeroporto

Rua Lopes de Carvalho
Rua Angustura (parte final)
Rua do Jasmin
Rua João Coimbra (trecho)
Rua Henrique Dias
Rua Paula Batista (trecho)
Mercado de Tejipió (ruas laterais e pátio)
Rua Visconde de Maranguape
Rua Lauro Montenegro
Rua José de Alencar (segundo trecho)
Rua de São Jorge (trecho)
Rua Carlos Mavignier
Rua Nereu Guerra
Rua Gouveia de Barros
Estrada do Encanamento
Rua José Austregésilo
Travessa da Baixa Verde
Av. Norte (primeiro trecho)
Travessa do Jasmin
Rua Padre Silvino Guedes
Rua Pedro Henrique
Rua Eduardo de Carvalho
Av. Beberibe (Arruda)
Rua Leão Coroado
Rua do Veiga (trecho)
Rua dos Palmares
Cemitério de Santo Amaro
Travessa D. Manuel Pereira
Praça da Convenção

Pontilhão da Praça do Trabalho
1.º, 2.º e 3.º Pontilhões da rua João Elísio
Boeira da Estrada de Dois Unidos
Boeira da Avenida Norte
Pontilhão da Rua das Moças



Parque Infantil do Aero Clube

Em construção:

Ponte do Brejo
Ponte do Bode
Boeira do Jardim São Paulo
Pontilhão da Rua Guimarães Peixoto



Estrada do Aeroporto

OUTROS SERVIÇOS

Meio-fio	31.986,50 m
Linha dágua	19.983,20 m
Galéries	6.732,20 m
Terraplanagem	1.765.641,80 m ²
Atérro	12.277,00 m ²
Passeios	21.136,60 m ²

PONTE, PONTILHÓES E BOEIRAS

Concluídos:

Ponte dos Afogados (serviços de reparo na balaustrada e enrocamento dos pilares)
Ponte Maurício de Nassau (substituição de parte da balaustrada)
Ponte de Santa Isabel
Ponte de Santa Clara (reconstrução da balaustrada)
Boeiro da Estrada do Brejo (serviços de reparo em duas boeiras)
Boeira da Estrada de João de Barros (reconstrução das fundações e elevações dos postes que se achavam em ruina)
Ponte do Sítio do Céu
Ponte do Rio Morno

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Técnicos Municipais

Edgar Gonçalves D'Amorim

VISTO

Antônio Pereira

Prefeito



Parque Infantil do Pina

Homenagem do Diretório Municipal do Recife, do P. S. D.

Vencendo como sempre de ponta a ponta!

STUDEBAKER

1952



Starliner 1952

Já no Recife, confirmando as "performances" STUDEBAKER e se apresentando mais belos, mais confortaveis, mais desejados!

★ *Novo encanto e nova economia no popular Champion 1952*

★ *Mais elegancia e conforto no encantador LANDCRUISER 1952*

★ *E agora, côres, linhas e belêza inquietantes em mais um modelo revolucionario:*

o ultra moderno Starliner

APERFEIÇOAMENTO CONTINUO, VISANDO SEMPRE O MÁXIMO EM TÉCNICA, BELEZA, CONFÔRTO E ECONOMIA NOS TRANSPORTES.

Veja-os, hoje, mesmo em exposição á Rua Imperial, Edificio IBRAHIM.

DISTRIBUIDOR:

IBRAHIM NEJAIM

REVENDEDORES NAS PRINCIPAIS CIDADES DO BRASIL

1852 - 1952

CENTENARIO DA FABRICA

STUDEBAKER

"A Studebaker surgiu em South Bend, Estado de Indiana, como fabricante de carruagens, em 1852. 50 anos mais tarde, a Companhia começou a produzir carros que já não mais utilizavam tração animal. Da produção de 3 carruagens, verificada em seu primeiro ano de vida, o movimento da Companhia expandiu-se enormemente, atingindo a um volume superior a 285,000 veículos — mais de 500 milhões de dólares — ao finalizar o seu primeiro século de negócios."

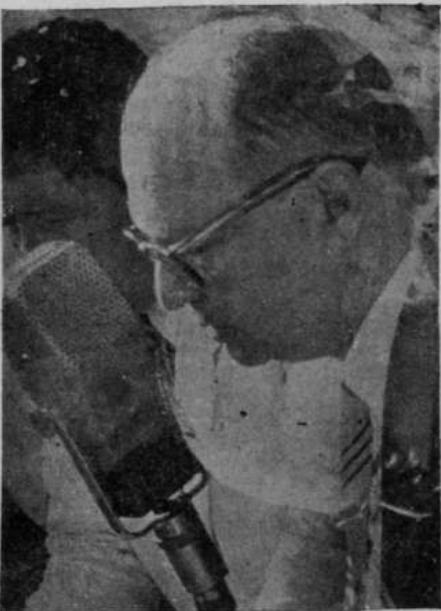
Homenagem do Diretório Municipal do Recife, do P. S. D.

AGAMENON MAGALHÃES

TRABALHA POR PERNAMBUCO

NO PRIMEIRO ANO DE SEU GOVERNO, AGAMENON MAGALHÃES APRESENTA AO POVO UM ACERVO DE SERVIÇOS QUE VALE POR UM ATESTADO INCONTESTE DA SUA CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO

PONTOS BÁSICOS DA POLÍTICA FINANCIERA DO ATUAL GOVERNO DE PERNAMBUCO: 1) — OBTER LEGALMENTE TÔDA RIQUEZA, NÃO PERMITINDO QUE SE EVADA A RECEITA POR DESÍDIA OU FAVORITISMO; 2) — COMPRIMIR A DESPESA EVITANDO O DESTEMPERO DE GASTOS EXCESSIVOS — O QUE SIGNIFICA A CHAMADA "BATALHA DA ARRECADAÇÃO" — REAPARELHAMENTO DOS ÓRGÃOS ARRECADADORES DOS MUNICÍPIOS



Professor Agamenon Magalhães

Além de restaurar as finanças estaduais, foram construídos na administração Agamenon Magalhães, neste primeiro ano de trabalho: 10 Postos de Puericultura — 700 Casas Populares — Distribuição de máquinas de costura — 1 Centro Educativo Modélo — Grupos Escolares em Canhotinho, São Bento do Una, Bonito, Nazaré da Mata e Ibura, nesta Capital — Metros de estradas pavimentadas — Conclusão de serviços de abastecimento d'água em Limoeiro, Pesqueira, Arcos e Timbaúba — Incentivo à produção — Assistência à lavoura com distribuição de sementes, tratores, adubos, inseticidas e polvilhadeiras.

Mensagem do Governador Agamenon Magalhães TRABALHA EFICIENTEMENTE A SECRETARIA DA FAZENDA á Assembléia Legislativa

(Continuação da pg. 19)

peração do Departamento Nacional de Saneamento, procurando recuperar extensas áreas na Imbiribeira e no Jiquiá.

Teremos, destarte, áreas novas para construir casas populares, destinando-as aos que não podem adquirir habitação digna. Precisamos construir anualmente mil casas, em substituição aos moccambos, e oportunamente, senhores legisladores, pediremos à Assembléia os créditos necessários àquele fim.

Senhores legisladores:

Vencemos o primeiro degrau da nossa administração, graças ao apoio da Assembléia Legislativa, da opinião pública, da imprensa e da harmonia das poderes.

A política econômico-financeira que seguimos, não teria alcançado bom êxito sem o vos-

so concurso tão patriótico, quanto esclarecido, tão independente, quanto eficaz. Nada vos pedimos que não fôsse de interesse público e cremos que, em nenhum período legislativo, houve sessão mais profícua e mais construtiva do que a do primeiro ano da legislatura atual.

Somos essencialmente políticos e como tal homens de sistema. Fui no regime democrático que o novo nos reconduziu ao poder, e temos de ser fiel ao povo, sendo fiel ao sistema democrático.

O Constituição tem sido o nosso roteiro, o nosso instrumento, como tal homem de sistema. Fui no regime democrático que o novo nos reconduziu ao poder, e temos de ser fiel ao povo, sendo fiel ao sistema democrático.

Confiamos, por is-

Ao assumir o governo do de vinte e cinco por cento.

Estado o sr. Agamenon

Magalhães encontrou o erário a braços com grave crise financeira, principalmente porque ao findar o exerci-

Não poderia, pois, o atual

Magalhães o ano de 1951 com depósitos em Bancos acima de Cr\$ 30.000.000,00. A arrecadação de 588 milhões do ano passado representou um grande esforço coletivo da Fazenda e foi a maior arrecadação do Estado em todos os tempos, nada obstante

1951 ter sido batido por sécas prolongadas e chuvas irregulares e abundantes em época imprópria. Quase não houve produção de cereais e

grande foi a redução nas safras de café e algodão.

so, na vossa compreensão, quanto na coordenação dos poderes, que se devem exercer em harmonia, — harmonia que supõe entendimento, — entendimento que, com independência, elimina o perigo do arbitrio e da força.

Somos um Estado de direito, com poderes definidos e limitados. São esses os princípios que temos informado a nossa cultura, as nossas convicções e as nossas atitudes. Dentro de sistema assim sistema de opinião e de partidos, com prerrogativas e responsabilidades escritas na Constituição, é indispensável uma diretriz, que afaste as preocupações de ordem pessoal, condicionando a ação política aos nobres deveres de bem servir ao Estado e à República.

Era de 100 milhões de cruzeiros, sem se levar em conta intensivo e orientado do dr. Irineu de Pontes Vieira, Secretário da Fazenda, foi o ainda a elevação das verbas de abono familiar e gratificações decenais que elevaram aquêle ônus em mais

calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros, sem se levar em conta intensivo e orientado do dr. Irineu de Pontes Vieira, Secretário da Fazenda, foi o exercício de 1951 findo em

telados.

E graças a um trabalho

intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

cidades, calculado em cér-

ca de 100 milhões de cruzeiros,

sem se levar em conta intensivo e orientado do dr.

ainda a elevação das verbas

de abono familiar e gratifi-

VALIOSA TELA DE MANET PARA O MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO

O industrial conterrâneo, comendador Arthur Lundgren, faz a dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para ser aplicada na aquisição de notável quadro para a pinacoteca do Museu de Arte daquele Estado

O grande e progressista Estado de São Paulo concentra, no momento, as atividades comerciais das empresas Lundgren. Basta frisar que aquêle adeantado centro econômico-financeiro do país possue, atualmente, mais de um terço das seiscentas e tantas lojas pertencentes à firma Lundgren.

Apesar de ser grande produtor têxtil, aquêle Estado é o maior consumidor dos produtos das fábricas de tecidos de Paulista, neste Estado, e de Rio Tinto, no Estado da Paraíba.

No louvável intuito de tributar as iniciativas de industriais paulistanos em doar centros de puericultura ao Nordeste Brasileiro, e, ainda mais, desejando mais aproximar os homens de Pernambuco aos de São Paulo, o comendador Arthur Lundgren acaba de fazer a doação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros ao Museu de Arte da Paulista, a fim de que fosse adquirida a notável tela de Manet, denominada "Baigues", desejo antigo mantido pelos diretores daquele importante instituto de arte.

A respeito desse donativo, o snr. comendador Arthur Lundgren transmítiu, há dias, os seguintes telegramas:

"Recife, 7-2-1952 — Ministro Horácio Lafer — Ministério Fazenda — Rio — Desejando colaborar Museu Artes São Paulo aquisição obras grandes artistas re-

nome universal, comunico eminente amigo minha deliberação dotar aquela instituição que tanto eleva nível cultural nosso país um milhão quinhentos mil cruzeiros para aquêle fim, devendo citada importância ser empregada sentido enriquecer ainda mais galeria obras célebres já representa atualmente grande patrimônio artístico iniciativa nacional. Este gesto espontâneo corresponde esforços aquêles que, como vossa excelência, todos fazem elevar cultura ar-

"SAO PAULO, 8 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Queira distinto patrício receber os mais vivos agradecimentos pela sua generosa oferta. (a.) — Angelina Audra, vice-presidente Museu de Arte São Paulo".

"SAO PAULO, 8 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Queira distinto patrício receber os mais vivos agradecimentos pela sua generosa oferta. (a.) — Angelina Audra, vice-presidente Museu de Arte São Paulo".

TELEGRAMA DO SNR. ARTHUR LUNDGREN PARA ASSIS CHATEAUBRIAND

RIO — Taba Rio Tinto exulta de alegria pela sua grande vitória em Mamanguape. Terminou a votação com o seguinte resultado: Assis 3.575 Drait 2.358 outros poucos votados. Votos dos Caicaras, mamanguapinos escolheram brilhantemente caicique Chateaubriand, homenageando grão-cavalheiro da ordem gíbão de couro Jiquié. Afeituoso abraço. (as.) — ARTHUR LUNDGREN.

DE ASSIS CHATEAUBRIAND A ARTHUR LUNDGREN

RECIFE — Seu gesto vindo das malocas dos ba tupiniquins final vitória viva Cacique Arthur e suas tribus gloriosas. (as.) — ASSIS CHATEAUBRIAND.

tística brasileira. Autorizei nosso amigo José Miranda juntamente meu filho Milton Lundgren entregue cheque pessoalmente vossaexcelencia. Cordial saudação. (a.) — Arthur Lundgren".

"Recife, 7-2-1952 — Doutor Assis Chateaubriand — Diários Associados — Rio — Tenho satisfação comunicar prezado amigo acabo telegrafar ministro Lafer minha resolução dotar Museu Arte São Paulo importância um milhão quinhentos mil cruzeiros destinada enriquecer ainda mais galeria obras célebres aquela instituição caráter eminentemente nacional. Com este meu gesto espontâneo corropondo ao esforço dos bons brasileiros, como prezado amigo, que tudo enviadam no sentido de elevar o nível de nossa cultura artística. Cordial abraço. (a.) — Arthur Lundgren".

Em resposta, o comendador Arthur Lundgren recebeu, ontem, os seguintes despachos:

"RIO, 11 — Comendador Arthur Lundgren — Recife. — Agradeço seu telegrama comunicando me será entregue sua generosa doação feita Museu Arte São Paulo. Esse magnífico donativo que irá contribuir para enriquecimento nosso patrimônio artístico demonstra seu alto espírito de cooperação. Cordial saudação. (a.) — Horácio Lafer".

"SAO PAULO, 11 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Sua grande doação constitui o mais alto testemunho de unidade nacional que identifica pernambucanos com paulistas. (a.) — Fulvio Morganti, diretor tesoureiro do Museu de Arte de São Paulo".

"SAO PAULO, 8 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Queira distinto patrício receber os mais vivos agradecimentos pela sua generosa oferta. (a.) — Angelina Audra, vice-presidente Museu de Arte São Paulo".

ASSIS CHATEAUBRIAND NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA PARAÍBA

O ILUSTRE JORNALISTA BRASILEIRO, NO SEU DISCURSO, RELEMBRA A FIGURA DO SAUDOSO INDUSTRIAL PERNAMBUCANO FREDERICO LUNDGREN

Revestiu-se de invulgar brilhantismo a homenagem que a "Associação Comer-

cial da Paraíba" prestou ao jornalista Assis Chateaubriand, por ocasião de sua

recente viagem àquêle Estado, onde foi participar da Convenção Política do P. S. D. que homologou a escolha de seu nome a uma vaga de senador pela Paraíba.

A reunião decorreu animadíssima com a presença de altas autoridades, industriais, comerciantes, jornalistas e outras pessoas gradais.

Saudando o dr. Chateaubriand, falou, primeiramente, o dr. Martins Ribeiro, realçando as atividades daquele jornalista em todos os setores da vida nacional.

Seguiu-se o jornalista Chateaubriand, abordando diretamente os assuntos de sua especialidade que são os incentivos ao fomento das riquezas, para o bem estar coletivo. Mostrou-se entusiasmado com as nossas perspectivas econômicas e confessou a sua satisfação quando lhe fosse dada a oportunidade de constatar a Paraíba retendo grande parte de sua produção de matéria prima, na industrialização interna.

Fez um apelo veemente, aos ricos, para que não mandem riquezas para o Rio de Janeiro e que precisamos reter os nossos capi-

tais, no próprio local em que vivemos.

Relembrou a figura extraordinária de Frederico Lundgren, e enalteceu sua capacidade em prol do desenvolvimento paraibano.

Afirmou que esta região precisa de duzentos Frederico Lundgren, um homem que deixou na grandeza de sua obra um pouco de redenção do Nordeste.

Disse o vibrante orador que "só há igreja grande quando as paróquias são ricas". Passou depois a discorrer sobre o socialismo avançado, quando afirma que nós precisamos ter a coragem de incentivar a criação e o progresso das classes médias, porque essas classes são as que detêm o comunismo, a exemplo da Itália, França e da própria Inglaterra. Concíitos aos ricos, para ajudarem os que sabem trabalhar e tenham capacidade de trabalhar. Citou vários exemplos dos resultados surpreendentes da cooperação econômica em diversos setores, inclusive o de sua propriedade particular, onde há trabalhadores que lhes prestam dinheiro. Terminou com muita eloquência declarando que os ricos devem diminuir seus capitais, no empréstimo de iniciativas populares, para finalmente confessar que não é socialista avançado, mas conservador...

E' certo que muita gente não esperava que o eminente conterrâneo estivesse tão evoluido, mas, a sua oração calhou muito bem no espírito de todos e foi uma declaração palpitante de sua perfeita compreensão social, com as necessidades reais dos problemas brasileiros.

Falam, ainda, vários oradores, que foram grandemente aplaudidos.



O comendador Arthur Lundgren palestrando com o jornalista Assis Chateaubriand, no dia de sua chegada ao Recife.

Moura, Perez & Cia. Ltda.

Av. Marquês de Olinda, 290 — Recife

Distribuidores exclusivos:

AUTO-UNION (DKW)

TRATORES E IMPLEMENTOS
AGRICOLAS "MINNEAPOLISMOLINE"

ENCERADEIRAS, ASPIRADORES E

REFRIGERADORES "ELECTROLUX"

Elogio de Pereira da Costa^(*)

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA

Considerei a minha eleição para a Academia Pernambucana de Letras, não apenas como uma honra a mim conferida pelos seus ilustres membros, mas, e sobretudo, como um convite que se me fazia, como um incentivo que se me dava, para prosseguir nessas tarefas do espírito que, muito cedo encetadas, só bem tarde prodigizam legítimas consolações. Considero-a assim, sem rasgos de vaidade nem pretensões de falsa modéstia, para que não me acreditassem tão indigno de honra ou tão desmerecedor do apêlo e do estímulo. Na verdade, snrs. acadêmicos, não chego à vossa casa tal o que arrou largamente a messe da Arte e da Ciência e, recolhidos os frutos, traz consigo a satisfação do trabalho cumprido. Pelo contrário. Aqui estou, pobre de conquistas, desprovido de glórias, como quem busca arrimo para avançar na sua faina e, vendo o sol já levantado, se arrebia da longuna dos caminhos, embora convencido de que é mister prosseguir andando. Não conduzo lauréis com que possa aumentar os que vos galardoam. Não posso sequer o que se chama, com pouca ou muita ironia, de "espírito acadêmico". E careço, particularmente, daquele "espírito de suite", cuja ausência em Pierre Corneille amargou exprovações lhe arrebatou do cardeal Richelieu. Não obstante, avizinhô-me de vós tranquilo com a minha consciência e tranquilo do vosso convívio. Não preciso de refazer conceitos, não me urgir a instância de reformar opiniões, não me acicato ou afâ de remodelar pontos de vista, para que assim procedesse. Antes, roborei-os, confirmei-os. E, se tais coisas exijo, fago-o menos como justificativa de uma atitude pessoal, do que como aprê àquilo que me parece o verdadeiro papel das academias.

MISSÃO DAS ACADEMIAS

Ingênuo, pelo menos, seria desconhecer o descaso com que as novas gerações se referem aos grêmios literários do nosso país. Vêem nas academias de letras inutilidades pomposas que, ao invés de colaborarem para o progresso intelectual, antem e entravam. O perfil, que se lhes traça, não refoge jamais as linhas da caricatura. E isto, em parte, se explica, porquanto o conceito que se elaborou de tais instituições procede de um êrro de visão: — habituámo-nos a olhá-las como elementos estéticos da cultura. Delas fazemos, por isso, meiros redutos do passado, fantasmas de respeitáveis matronas que se aderem de europeus, algo que nos recorde "sebentas" e simbolize permanência, o bolor, o tacanho de valores estéticos superados. Se o zêlo de alguns dos seus membros em manter posições bem ou mal conquistadas não raro acode à confirmação de tal julgamento, nem isto mesmo, todavia, nos deve obstar uma apreciação mais exata da missão acadêmica. Não, meus senhores, as academias não são, em si e por si, simples elementos estéticos da cultura. São-no, pelo contrário, elementos dinâmicos. Assim o foram na Grécia ou em Alexandria, em períodos áureos de suas lettras, e assim o foram, ainda, na fase do Renascimento. Nesses momentos, atuaram como fatores de incentivo à criação estética, como núcleos de vocações, como centros mais de "renovação" do que de "permanência". Mesmo no Brasil, aquelas malinsinadas academias que se fundaram em Salvador, com o benéplácito do conde de Sabugosa, e no Rio, com o apôlo de dom Luiz de Vasconcelos, tiveram o seu mérito no congregar os lettrados da terra, neles estimulando, mais do que o sentimento nativista, a consciência da nacionalidade. O autor do *Peregrino da América* se refere, nesta época, ao estado do Brasil como se aqui estivesse "aquele decantado monte Parnaso", acrescentando que entre cem filhos do país, dados aos estudos, noventa faziam versos latinos e vulgares. De tal plêto de lettrados raríssimos sobreviveram. A maioria estava constituída por aquêles "poetas, artistas, cientistas ou filósofos, de gengiva hirsuta e poucas idéias", a que se refere Ronald de Carvalho. Mas, ainda assim, a apreciação do papel de tais academias não nos leva a considerá-las como elementos estéticos da nossa formação literária. Os sobejos defeitos, que nelas se apontam, resultam mais dos valores estéticos que as informaram do que, rigorosamente, de sua missão. Foram valores estéticos oriundos de uma concepção verbo-oral e ornamental da arte, de um espírito baroco, de uma predominância da forma sobre o fundo, gerando aquêle abuso dos "conceitos" de que Marini, Góngora ou John Lily se tornaram modelos. Tais valores, hoje superados e postos à margem, devem ser, entretanto, visualizados dentro das perspectivas históricas em

que se situam e nunca como os únicos valores que possam inspirar as academias. Tanto isto é exato que existem e existiram grêmios de tal natureza, de aspirações estéticas diversas.

Parece-me, portanto, que, ao apreciar a missão das academias, se torna imprescindível distinguir entre a situação histórica destes institutos e a natureza mesma desta missão. A primeira aparecerá forçosamente configurada pelos valores predominantes em determinada época, por aquêle *Zeitgeist*, a que se referem os alemães. A outra, pelo contrário, antes configura: — torna-se, a bem dizer, a expressão de uma tendência natural do espírito humano no sentido de harmonizar os fatores dinâmicos e estéticos da cultura, fixando-os em instituições. E é assim, como instituição social, de indole literária, artística ou científica, que encaro nesta hora, como sempre encarei, as academias.

Sinto-me, pois, à vontade para não desdenhar do seu papel no que se refere à vida intelectual do nosso país. Aceito-as como fator de congregamento, coordenador de energias, incentivo ao trabalho de equipe, trago de união entre o tradicional e o novo, assegurando, na história das culturas nacionais, aquela continuidade que é a marca mesma da continuidade de um espírito nacional ou regional. A possível objeção de que não tem sido esta a missão das nossas academias não contradiz, querer crer, o fato de ser esta a missão das academias. Restaurar, pois, sentido desta missão, dentro das suas situações históricas, somente contribuirá para dar-lhes esta vitalidade que, não raro, lhes falece. Se devo ressaltar algum propósito, ao ingressar em vossa grêmio, snrs. acadêmicos, este é, de certo, o que exige maior relêvo: — aqui venho ter, pobre de conquistas e desprovido de glórias, como vô-lo proclamei, para convosco trabalhar pela vitalidade desta instituição, como outros têm trabalhado, no sentido de manter, de firmar, de realizar, dentro da unidade nacional, a continuidade de um espírito regional, do espírito de Pernambuco.

UNIDADE NACIONAL E ESPÍRITO

REGIONAL

No caso de caber a algum Estado da Federação o enaltecimento dos favores, com que Deus nos brindou, da unidade nacional, este Estado é Pernambuco. Foi aqui que se lançaram as bases desta magnífica unidade, quando, mal alvorecendo o Brasil, os aventureiros da Companhia das Índias Ocidentais tentavam arrebatá-la a Portugal o monopólio mundial do açúcar. Tivemos igualmente a missão, mal alvorecendo o Brasil, de atalhá-la da costa. Daqui perlongaram o litoral os povoadores do Norte e, fletindo para o São Francisco, unidos aos baianos ou em sortidas próprias, realizaram o povoamento do sertão, chegando ao Cariri. Entre nós, nasceu a aliança das três raças que, juntas, derramaram o sangue pela sobrevivência do Brasil. E, mais do que isso, meus senhores, neste solo pernambucano se formou a família brasileira, a gente brasileira, o elemento integrador, por excelência, da comunhão nacional. Trazemos consigo, portanto, o destino histórico de artífices da unidade da Pátria. Mas esta unidade nacional, tecida de sofrimentos e de esperanças comuns, é uma teia polícroma, em cuja trama o ressalto das cores regionais mais colabora para a sua beleza e para a sua integridade. Eis por que, em sendo fílios ao nosso destino, somos nós, os pernambucanos, bastante ciosos das nossas peculiaridades. Allímentamos, de longe, um espírito regional, idiomático. Sua gênese, o esmíngador da História talvez vá desvendar nas rixas do bom donatário Duarte Coelho com Tomé de Sousa e até como o rei, em defesa de suas prerrogativas que eram, aquêle tempo, prerrogativas da capitania florescente. A tais desinteligências se refere, com simpatia, o autor da *Prosopopéia*.

Unidade nacional e espírito regional não são consequentemente termos que se oponham, que se replam. São termos que se suportam, que se completam. E, particularizando no que se refere à vida literária brasileira, o revigorimento desse espírito regional, enquadrado nos moldes de um provincialismo equilibrado, sempre me pareceu o meio mais indicado, quicô o mais eficiente, de darmos às lettras do país um estilo, uma peculiaridade.

Esta busca, aliás, de um estilo nacional se vem fazendo desde os românticos. Os recursos, porém, por elas utilizados



FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA COSTA — Bico de pena de M. Bandeira.

para a sua objetividade não escaparam a excessos ou exageros. Deformou-os, também, o desamparo de padrões estéticos definidos. Retomaram-na, em 22, os modernistas, conquanto não menos isentos dos vícios românticos. E hoje, favorecidos pela perspectiva histórica, tão necessária ao julgamento dos homens e das idéias, podemos verificar que, se o romantismo e o modernismo passaram, persiste, todavia, aquêle impulso configurador que em um e outro se percebe. Permitam, então, servir-me desta oportunidade para apreciar, ainda que num relance, a significação de tal impulso.

ESCOLAS LITERARIAS

No que toca particularmente à história literária, costumamos fixar as tendências ocorrentes em "escolas" que são expressões de valores estéticos aceitos e praticados por um grupo de escritores. O seu papel, em nossas lettras, não se reveste das características que encontramos nas literaturas europeias. A existência de uma autonomia intelectual, que o tempo favoreceu, torna-lhe a repercussão ali mais intensa e extensa. Entre nós, só a partir do Romantismo podemos falar, e ainda sem muito rigor de interpretação e análise, em escolas literárias. O que fica para trás de 1836 se dilui no vago das aspirações de poetas, que são doutores em canões e pelos cônones de Coimbra, ainda quando neles repartam, como brotos de lírico nativista, aquêles tons de paisagem brasileira que se percebem em Basílio da Gama ou em Silva Alves. E os movimentos que se sucedem a 1836, mesmo o romântico, apresentam um caráter "fragmentário", se cotejados com os da Europa. As escolas literárias surgem ali como "reações cíclicas", coordenadas por fatos que traduzem não apenas uma Estética mas uma Filosofia de Vida, que esteriotipam uma técnica diversificadora de padrões e que se exprimem numa linguagem peculiar. Temos, destarte, de visualizá-las como "complexos", como "constelações". E, assim considerado, o nosso Romantismo foi mais e menos do que uma "escola". Se há nêle, depassando a contingência de uma situação histórica, o reflexo da nossa alma, a expressão de anseios, de ideais e de tendências coletivas, falta-lhe, todavia, aquela significação cultural de que se reveste, por exemplo, o romantismo alemão. Suas repercuções foram, por isso mesmo, antes psicológicas do que culturais.

Este seu caráter fragmentário, entretanto, não impede que os seus representantes tenham buscado ardenteamente um estilo nacional. E esta procura, passados o Parnasianismo e o Simbolismo, seria retomada pelos modernistas. Ronald de Carvalho exprime-a admiravelmente, quando escreve em *Toda a América*:

Europeu!
Nessa maré de massas informes, onde as raças e as línguas se dissolvem
o nosso espírito áspero e ingênuo flutua sobre as cores,
sobre todas as coisas divinamente rudes, onde boia lux
selvagem do dia americano!

ALEGRIA DE CRIAR

"Alegria de criar o caminho com o próprio pé!" Eis, meus senhores, como o esteta admirável dos *Epigramas irônicos e sentimentais* sintetiza a significação desta procura. Ela vem como um vagido da Pátria criança, ecoando nas mensagens de Castro Alves, de Alencar, de Gonçalves Dias, de Carlos Gomes. Ela repercutiu na Canaan, de Graça Aranha, na música, de Vila-Lobos, na prosa, de Mário de Andrade. Mas o que há nela de impreciso de vago, apenas refletindo aspirações e tendências, já deve de ser superado para que encotremos a sua expressão. Expressão, que se consuma num estilo nacional. Cabe-me, agora, melhor situar o problema do estilo nacional. Parece-me acertado dizer que só alcançaremos tal objetivo, quando os nossos intelectuais se capacitem para que é preciso buscar no povo a sua inspiração. Buscar na sua cultura, nos seus sentimentos, nas suas tradições, na sua alma, enfim, os temas renovadores e configuradores da arte nacional. Mas, buscá-los naturalmente, sem exageros e preconceitos. Como quem vai desseentar-sa no ódio da água do brejo. Como quem segue pelos caminhos, olhando o mucambô e colhendo os frutos do cambará. Com esta c



Aspecto da cerimônia de entrega ao governador Agamenon Magalhães do 1º exemplar do 1º volume dos "Anais Pernambucanos".

(Continua na pg. 15)

Exposição Carlos Estêvão

Durante a Semana Pereira da Costa, como parte integrante das comemorações oficiais, foi inaugurada, no Museu do Estado, a exposição da Coleção Etnográfica Carlos Estêvão, doada a Pernambuco por aquêle ilustre conterrâneo.

A Coleção Carlos Estêvão é uma das mais ricas e completas que temos notícia sobre a arte e os costumes de nossos selvícolas. No ato da inauguração, falou a sua filha, Lígia Estêvão de Oliveira. E em nome do Governo do Estado, o dr. Arruda Marinho, secretário de Educação.